

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JAILTON OLIVEIRA CUNHA

A Pedagogia Histórico-crítica e a formação da cidadania no Brasil

São Paulo
Junho de 2025

JAILTON OLIVEIRA CUNHA

A Pedagogia Histórico-crítica e a formação da cidadania no Brasil

Trabalho de Graduação Individual(TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Paula Juliasz

São Paulo

Junho de 2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C972 Cunp	<p>Cunha, Jailton A Pedagogia Histórico-crítica e a formação da cidadania no Brasil. / Jailton Cunha; orientador Paula Juliasz - São Paulo, 2025. 70 f.</p> <p>TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.</p> <p>1. CH771.13. 2. CH712 . 3. CH761 . 4. CH783. 5. CH764.4 . I. Juliasz, Paula, orient. II. Título.</p>
--------------	---

JAILTON OLIVEIRA CUNHA, **A Pedagogia Histórico-crítica e a formação da cidadania no Brasil**. Trabalho de Graduação Individual(TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho a mim pela minha resiliência e força durante toda a formação, aos meus pais e irmãos pelo apoio, carinho e presença ao longo do período de elaboração deste trabalho.

RESUMO

Com a crescente polarização política e os sucessivos ataques à educação, se faz necessária a formulação de uma nova maneira de ensinar Geografia, de forma crítica. Desde os anos iniciais até o ensino médio. É preciso que conceitos básicos da Geografia sejam percebidos na vida cotidiana do aluno. Assim como existe uma alfabetização com letras, e a criação de situações-problema para inserção dos alunos na matemática. O estudante precisa ser “alfabetizado” na disciplina geográfica. Tópicos como Economia, Direitos Civis, e Democracia, precisam estar bem claros para todos os egressos de escolas públicas e privadas. A Pedagogia Histórico-crítica defende a formação de cidadãos reflexivos, e utilizando-a como base para este trabalho, realizei a revisão bibliográfica de alguns livros didáticos, bem como a visita à escolas e entrevistas com alunos para tentar demonstrar como a aplicação da Pedagogia Histórico-crítica, juntamente com os meios de ensino pré-existent, ajudariam na formação de um pensamento crítico nos alunos. Estes devem conseguir utilizar o conhecimento adquirido na escola, para ajudar a transformar a realidade à sua volta. O intuito deste Trabalho de Graduação é tentar contribuir com exemplos positivos que estão tentando pôr em prática esse tipo de metodologia, que instiga o aluno a ser questionador e não apenas a absorver o conteúdo que lhe é apresentado. E que aos poucos, posto que é um processo lento, vem conseguindo reduzir as lacunas entre conhecimento e realidade, e diminuindo os obstáculos que precisamos enfrentar como sociedade para a melhoria desta.

Palavras-chaves: Pedagogia Histórico-crítica, Política, Direito, Economia.

ABSTRACT

With the growing polarization and the potential attacks on education, it is necessary to formulate a new way of teaching Geography. From the early years to high school. It is necessary that basic concepts of Geography have effective application in the student's daily life. Just as there is literacy with letters, and the creation of problem situations for the insertion of students in mathematics. They need to be "literate" in the subject of geography. Topics such as Economics, Civil Rights, and Democracy, need to be very clear to all graduates of public and private schools. Historical-critical Pedagogy defends the formation of reflective citizens, who are able to use the knowledge acquired in school, to help transform the reality around them. The recognition of some basic knowledge of Geography would help, for example, in the fight against "fake news" since once informed it would be easier to perceive anti-democratic fallacies. Or even, to be able to participate in the improvement of the spaces around them. In addition to supporting the demands of the working classes (which are the most of the population). Who knows, perhaps only in these cases can we accept and assimilate socio-cultural differences. The purpose of the Graduation Work is to try to contribute with ideas and examples of institutions that are trying to put this type of education into practice, and that little by little, since it is a slow process, has been trying to situate students on the various obstacles that we need to face as a society to improve it.

Keywords: Historical-critical pedagogy, Politics, Law, Economy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	12
PENSAMENTO CRÍTICO E INTERDISCIPLINARIDADE	12
1.1 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	12
1.1.1 Interdisciplinaridade e as barreiras à compreensão do conteúdo	17
CAPÍTULO 2	18
LACUNAS ENTRE O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E A PRÁTICA GEOGRÁFICA NO BRASIL.	18
2.1 ANÁLISE DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE ALGUMAS HABILIDADES DA BNCC	19
2.1.1 Análise bibliográfica	20
2.2.1. Análise crítica, para além da memorização	26
CAPÍTULO 3	28
DADOS DO INEP SOBRE DEFICIÊNCIAS NO LETRAMENTO EM DISCIPLINAS HUMANAS	28
3.1 ANÁLISE DE DADOS SAEB 2021	29
3.1.1 Alienação e efeitos práticos da desinformação	32
CAPÍTULO 4	33
PORQUE É IMPORTANTE FALAR SOBRE POLÍTICA? A IMPORTÂNCIA DO ESTADO, DOS SISTEMAS ELEITORAIS E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	33
4.1 COMPREENSÃO EFETIVA DAS LEIS E DO ESTADO	34
4.1.1 Participação social, porque ela não é uma opção?	37
CAPÍTULO 5	40
O DIREITO	40
5.1 CONCEITOS BÁSICOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O DIREITO À VIDA	41
5.1.1 Desenvolvimento sustentável e respeito às legislações existentes	44
5.2.1 Reflexões sobre o direito à universidade e como a mobilização social vem mudando esses espaços	48
CAPÍTULO 6	51
A ECONOMIA, OS SISTEMAS ECONÔMICOS, GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADES	51
6.1 MUNDO GLOBALIZADO, CADEIAS DE PRODUÇÃO E A SUA REAL EXTENSÃO	51
6.1.1 Inatividade ou sustentabilidade?	55
6.2.1 Fomento ao consumo de produtos nacionais e ao surgimento de novas possibilidades	59
CAPÍTULO 7	61
REFLEXÕES ACERCA DE EXPERIÊNCIAS EM ESCOLAS PÚBLICAS E O PENSAMENTO CRÍTICO	61

7.1 VINHEDO, O “PRINCIPADO”	61
7.1.1 Alunos no gabinete do prefeito?	63
7.2.1 Pedagogia histórico-crítica e a formação de um pensamento crítico	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

Porque Economia, Direito e Política são conteúdos essenciais para a análise espacial? É possível atingir uma compreensão plena em meio a tanta desinformação? Este trabalho de graduação em Geografia discute a necessidade de superar o ensino meramente descritivo da disciplina, propondo uma abordagem crítica que integre as dimensões jurídica, política e econômica, na análise espacial. O tema é urgente em um contexto em que a desinformação e as fake news distorcem a percepção da realidade, exigindo que a escola forme cidadãos capazes de interpretar e transformar o seu entorno de maneira consciente. A Geografia, como ciência que estuda as relações entre sociedade e espaço, não pode se limitar à memorização de acidentes geográficos ou a dados estatísticos. Sua verdadeira potência está em desvendar as estruturas de poder, as desigualdades sociais e os mecanismos econômicos que moldam o território. A omissão dessas discussões na educação básica, fragiliza a formação crítica dos alunos, deixando-os vulneráveis a discursos que prometem soluções fáceis e imediatistas, para problemas complexos; como o enriquecimento rápido, ou a abolição do Estado Democrático de Direito. A pesquisa combina análise bibliográfica da obra de autores e teóricos da Pedagogia Histórico-crítica, análise bibliográfica de material didático da disciplina de Geografia, voltado para o ensino fundamental, além da análise de dados do SAEB 2021 e propostas pedagógicas de escolas. Este trabalho discute portanto, a necessidade de tornar mais crítico o ensino de Geografia, transformando-o numa ferramenta de emancipação, capacitando os estudantes a compreender as dinâmicas políticas, legislativas e econômicas que influenciam o seu cotidiano; analisar criticamente informações distorcidas sobre território, desenvolvimento e direitos. E conseguir intervir ativamente na realidade utilizando a Geografia como instrumento de transformação social. O objetivo geral do trabalho é demonstrar como a Pedagogia Histórico-crítica, pode contribuir para uma formação cidadã mais robusta e consciente. Como o exemplo apresentado por instituição pública de ensino fundamental mais a frente no texto, em que há a real compreensão do seu entorno. A conexão com a realidade visa vincular o debate geográfico às crises contemporâneas, e assume uma posição a favor de uma Geografia crítica como antídoto à desinformação.

CAPÍTULO 1

PENSAMENTO CRÍTICO E INTERDISCIPLINARIDADE

O Pensamento Histórico-Crítico desafia narrativas superficiais ao indagar sobre quem se beneficia das atividades econômicas e das intervenções estatais. Será mesmo que o interesse público está em primeiro lugar como preconiza a constituição federal? Quando um governo anuncia uma obra em uma dada região, fica claro quem vai se beneficiar desse aparelho estatal? Como serão feitos os desalojamentos, caso necessário? Qual o retorno econômico para a população local? Existem alternativas que causam menos impactos? A Geografia surge como uma aliada na solução dessas questões. Não apenas no mapeamento das áreas destruídas pelo desmatamento, ou na identificação de ocupações irregulares, ou no sensoriamento remoto, que representa a real situação em campo da destruição. Mas para decifrar como as desigualdades espaciais impactam a vida dos cidadãos e como o poder público pode mudar esses cenários.

Ao desenvolverem um pensamento crítico os indivíduos terão enfim a possibilidade de se comunicar com argumentação embasada sobre os mais diversos assuntos, serão menos vulneráveis a narrativas enganosas que pretendem se alimentar de seu senso comum. Essa “consciência” precisa ser alcançada para a melhor compreensão da realidade. Sem aceitar aquela que lhes é imposta, que o aluno comece a dosar as informações a partir da sua própria realidade, e que não apenas absorva estas mas que consiga filtrá-las.

1.1 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

A Geografia é uma ferramenta poderosa demais para se limitar ao papel de “mera disciplina escolar”. Ela torna políticas públicas realidade, e é instrumento de justiça social quando bem aplicada. A cartografia é crucial na materialização do espaço e para validar as normas do Direito Ambiental, evitando a sobreposição de atividades econômicas sobre Unidades de Conservação (UCs), e o SIG (Sistema de Informação Geográfica) garante com precisão a representação espacial. O Código Florestal Brasileiro se utiliza dessas tecnologias, o que garante que as fiscalizações

serão feitas com mais efetividade, mapas desatualizados são usados como lacunas pelo direito, incertezas geográficas não podem ser admitidas, elas abrem espaço para fraudes. Já não bastassem as tentativas de causar insegurança jurídica, a invasão de terras indígenas por exemplo, são frequentes e amplamente divulgadas na mídia. E revelam as falhas na execução do Direito como um todo.

O mapeamento realizado pela Map Biomas, plataforma digital de livre acesso, que ajuda a dar transparência às irregularidades, e pressiona a justiça a reconhecer possíveis erros. De qualquer forma, a utilização de recursos precisa sempre levar em conta a viabilidade de qualquer atividade, sem comprometer o acesso das gerações futuras a matérias-primas que ainda serão necessárias para lastrear as próximas infraestruturas. Como o lítio que vem sendo cotado, e pretende substituir a queima de combustíveis fósseis. Sem a cobrança dos governados, agentes públicos ficam livres para decidir se cumprirão com a Ética que tanto alardeiam possuir, mineradoras livres para decidir se repararão danos causados pelas suas atividades, e empresas à vontade para decidir se cumprirão ou não os limites para a manutenção dos ecossistemas.

Uma prática transformadora precisa ser desenvolvida junto com os alunos. A aula não pode ser apenas descritiva. Mas investigativa, como por exemplo a análise de casos que já aconteceram ou que estão acontecendo. O termo pedagogia histórico-crítica foi cunhado por Dermeval Saviani em 1978 e refere-se a uma perspectiva pedagógica que, surge num contexto de busca por saídas teóricas que superassem os limites apresentados pelas teorias reprodutivistas¹. A pedagogia histórico-crítica é uma perspectiva pedagógica que;

Se diferencia no bojo das concepções críticas; ela diferencia-se da visão crítico-reprodutivista, uma vez que procura articular um tipo de orientação pedagógica que seja crítica sem ser reprodutivista” (SAVIANI, 2013, p. 3).

Ademais, assume um compromisso explícito com a transformação da sociedade e com a luta socialista. Saviani ainda enfatiza que a democratização do

¹ Em educação, o termo "reprodutivista" refere-se a teorias que analisam a escola como um aparelho ideológico que reproduz as desigualdades sociais e a estrutura de classes da sociedade. Essas teorias, frequentemente associadas ao pensamento marxista, questionam a ideia de que a escola é um espaço neutro de democratização do conhecimento, argumentando que ela, na verdade, contribui para a manutenção da ordem social existente

conhecimento é de fundamental importância para a formação de uma sociedade mais justa, e que por isso a elite mantém a educação como uma arma poderosa de manipulação. Pois o conhecimento “enclausurado”, não representa um problema.

Como mais um bem a ser adquirido no capitalismo, o conhecimento serve apenas para as elites que têm na mão todo o poder que este gera. Apesar de apresentar a escola como meio de transformação, Saviani também admite que a sua tese apresenta uma visão pessimista ao perceber que as escolas atuais, apenas reproduzem um conhecimento massificado e não tem nenhum compromisso em criar cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade. A instituição deixa então de ser um instrumento de transformação social, e passa a ser justamente um instrumento de controle e manutenção do poder hegemônico. De caráter reprodutivista. Essa maneira como as escolas repassam o conhecimento de forma marginalizadora e segregadora, não resolve os problemas de desigualdade que nos assolam, pelo contrário, contribuem para a manutenção destes.

Partindo desse ponto a Pedagogia histórico-crítica, sugere uma escola dominada pela classe trabalhadora, e que possa lutar contra as questões mantidas pela classe dominante. E que se guia sempre em defesa dos interesses da classe dos dominados.

O problema permanece em aberto. E pode ser recolocado nos seguintes termos: é possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana? Evitemos escorregar para uma posição idealista e voluntarista. Retenhamos da concepção crítico-reprodutivista a importante lição que nos trouxe: a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. Considerando-se que a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola (ela está empenhada na preservação de seu domínio, portanto, apenas acionará mecanismos de adaptação que evitem a transformação histórica da escola), segue-se que uma teoria crítica (que não seja reprodutivista) só poderá ser formulada do ponto de vista dos interesses dos dominados. (SAVIANI, 2008, p.25)

A Pedagogia histórico-crítica vê a educação como elemento na construção do trabalhador, que se apropria de todo o conhecimento adquirido durante toda a

história da humanidade para se aprimorar, o trabalho necessita da capacitação, e ter uma instituição que forneça educação de qualidade, deveria ser de total interesse dos trabalhadores. Atrelada a idéia de Saviani, vem a luta da classe trabalhadora, pois a busca por uma educação não-excludente, está diretamente ligada às diretrizes do comunismo. A extinção da luta de classes resultaria numa sociedade mais igualitária, e de certo modo mais justa. Além do fim da exploração do homem pelo homem, e o início da construção de uma sociedade em que o poder pudesse ser realmente exercido pelo povo.

Como inspiração, a Pedagogia histórico-crítica usa a Teoria Histórico-cultural de Vigotsky, onde o homem é entendido como um ser histórico, que se constrói a partir das suas interações com o meio natural e social. E que com a criação de ferramentas e a execução do seu trabalho reuniu para si um desenvolvimento histórico-humano. O domínio pelo homem dessas ferramentas e por consequência do meio ambiente internalizam esse conhecimento e criam funções superiores, que são repassadas à próxima geração de maneira que indivíduos mais experientes, transferem seu conhecimento aos menos experientes. O desenvolvimento cognitivo do indivíduo é moldado então pelo meio cultural em que ele está inserido.

Os conceitos científicos são de grande relevância, pois melhoram áreas do desenvolvimento ainda não percorridas pela criança. A apreensão de um conceito científico antecipa o caminho do desenvolvimento, transcorrendo uma zona em que a criança ainda não tem amadurecido as respectivas possibilidades. Portanto, a aprendizagem dos conceitos científicos pode desempenhar um papel imenso e decisivo em todo o desenvolvimento intelectual da criança (VIGOTSKI, 2003).

Nesse sentido, no currículo a ser apresentado pela Pedagogia histórico-crítica, além de existirem os conteúdos comuns aos currículos atuais; português, matemática, geografia, etc. O saber popular deve ser igualado ao saber erudito, uma vez que o saber popular vem com o aluno, e a tentativa de desmerecer o que o aluno já conhece, é um dos principais erros do modelo atual de educação, segundo Saviani;

O que hoje é denominado “saber burguês” é um saber do qual a burguesia se apropriou e colocou a serviço de seus interesses. Em suma, o que parece

importante entender é o seguinte: essa dicotomia entre saber erudito como saber da dominação e saber popular como saber autêntico próprio da libertação é uma dicotomia falsa. Nem o saber erudito é totalmente burguês, dominante, nem a cultura popular é puramente popular. A cultura popular incorpora elementos da ideologia e da cultura dominantes que, ao se converterem em senso comum, penetram nas massas. (SAVIANI, 2013, p. 69).

É importante que partindo do seu conhecimento espontâneo, o aluno consiga fazer ligações entre este, e o conhecimento científico, estabelecendo conexões entre ambos e evitando falsas concepções. Uma vez convencidos a questionarem a realidade a partir da sua vivência. Veremos surgir então uma sociedade melhor, com a mobilização dos indivíduos, e com cidadãos conscientes sobre o seu papel na sociedade, e enfim percebendo o sistema que os oprime.

Assim Saviani continua a defender a Pedagogia histórico-crítica, como melhor opção, e enfatiza a necessidade de uma pedagogia libertária que lute contra a manutenção das classes hegemônicas. Ainda no livro *Escola e democracia*, Saviani (2008) propõe cinco passos que comporão o método da pedagogia histórico-crítica: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.

Como primeiro passo, Saviani propõe a prática social inicial que visa entender o grau de conhecimento que o aluno já possui e tentar ajustá-lo ao conhecimento e experiência acumulados pelo professor, numa espécie de sondagem, ou seja deixá-lo trazer os seus conhecimentos sobre determinado assunto. No segundo passo, a problematização, é necessária a identificação dos problemas a serem trabalhados, e os assuntos que o aluno terá que dominar, nesse momento é importante enfatizar porque o aluno precisa adquirir esse conhecimento. No terceiro passo, a instrumentalização, é onde os alunos tomam para si as ferramentas necessárias para a mudança, os conhecimentos adquiridos pela humanidade e que serão utilizados para solucionar as questões levantadas na problematização. No quarto passo, a catarse, é o momento em que o aluno atinge a compreensão efetiva a partir da síntese do conhecimento adquirido, e chega a essa conclusão pelo seu ponto de vista. No quinto e último passo a prática social final, o

aluno aplica na prática o conteúdo adquirido à sua realidade, buscando transformações e uma real melhoria do seu cotidiano.

1.1.1 Interdisciplinaridade e as barreiras à compreensão do conteúdo

Esse trabalho de conclusão de curso pretende além de apresentar os conceitos da Pedagogia Histórico-crítica, demonstrar como a Geografia precisa romper por vezes com as barreiras que a separam de outras disciplinas para uma melhor compreensão e assimilação do seu conteúdo. Sem analisar os objetos de estudo, o espaço e as interações sociais, de maneira isolada. A interdisciplinaridade propõe que os assuntos sejam tratados de maneira conjunta e interdisciplinar, uma vez que os processos humanos se tornam cada vez mais complexos.

Um bom exemplo de interdisciplinaridade é a Biogeografia que estuda a distribuição das espécies e como se comportam os ecossistemas no espaço geográfico. Para que isso aconteça, assuntos da Geografia e da Biologia se unem formando uma espécie de junção. Isso também ocorre entre Geografia e Química, no estudo de fenômenos geoquímicos que alteram o espaço geográfico como os ciclos d'água e do carbono. Essa união entre disciplinas mostra como os processos naturais estão interligados e ajudam os alunos na compreensão de conceitos que eles possam ter ignorado nessas outras disciplinas.

Nos capítulos 4, 5 e 6 tentarei mostrar as ligações entre Geografia e Política, Geografia e Direito e Geografia e Economia, respectivamente. Diferente do que possa pregar o senso comum, essas disciplinas se sobrepõem em vários pontos à Geografia, e tornar mais clara a sua existência dentro do conteúdo da disciplina ajuda na construção de um pensamento crítico.

Utilizando a problematização, um dos conceitos da Pedagogia Histórico-crítica, os assuntos do cotidiano podem ser revisados e repensados de maneira crítica e se tornam item fundamental para alcançar a compreensão efetiva da realidade.

CAPÍTULO 2

LACUNAS ENTRE O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E A PRÁTICA GEOGRÁFICA NO BRASIL.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estrutura o ensino de Geografia no Brasil. Tem como principal competência a compreensão do espaço geográfico e as relações entre a sociedade e a natureza. Porém com a análise mais aprofundada dos seus eixos temáticos e ações propostas, por vezes direciona o aluno para uma abordagem completamente descolada da realidade sócio-política nacional. O ensino de Geografia em unidades temáticas como “Formas de representação e Pensamento Espacial” assim como “Natureza, Ambiente e Qualidade de Vida”. Contidas na BNCC tentam enfatizar a importância da análise de conflitos socioambientais e da territorialidade. Conseguir descrever o processo de globalização ou ainda conseguir classificar atividades econômicas entre o setor primário secundário ou terciário. Essa simplificação da análise espacial faz com que as dinâmicas políticas e jurídicas e econômicas não sejam vinculadas a fenômenos como industrialização e urbanização, presentes na vida prática do estudante.

A habilidade EF09GE02 da BNCC pede para o aluno “Analisar a atuação de corporações internacionais e organizações mundiais na vida da população” (BNCC, 2018, p.393). Todavia os acordos comerciais que permeiam essas relações, e as leis trabalhistas que facilitam a contratação de mão de obra barata nacional por essas corporações não são discutidos. Ao aluno cabe apenas a função de saber o que é o Mercosul, NAFTA e União Européia e pra que servem. Assim como na habilidade EF07GE02, “Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil” ao analisar os dados e gráficos, o aluno é levado a acreditar que a concentração de renda no sudeste se dá apenas por diferenças naturais (clima, relevo, vegetação, solo). Não levando em conta as políticas de exclusão social e a história da concentração fundiária no Nordeste. Os livros didáticos analisados nesta pesquisa seguem essa mesma abordagem dando prioridade a mapas físicos e dados descritivos como gráficos, por exemplo.

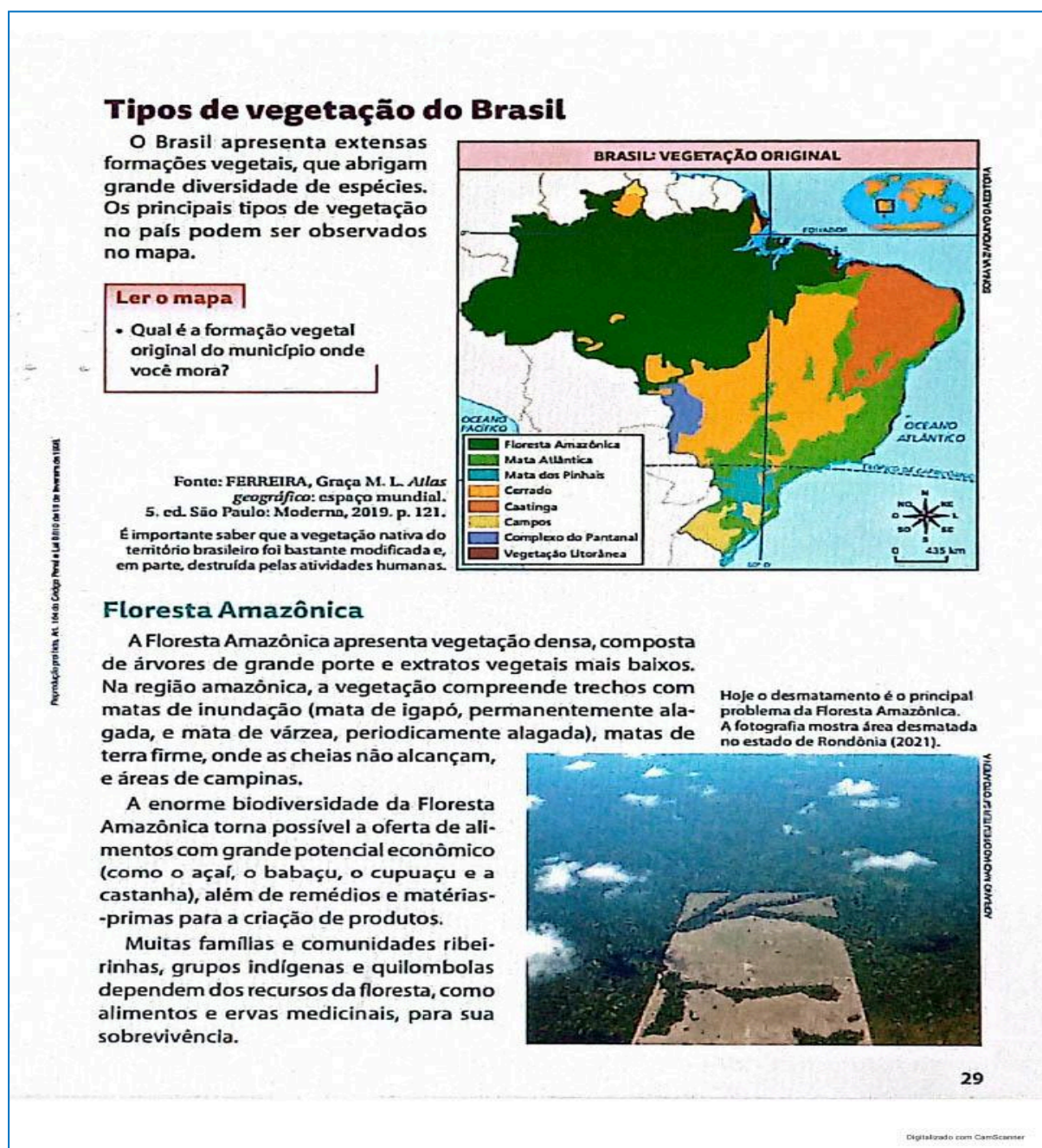
Ou explicações técnicas sobre globalização com ênfase na definição do fenômeno apenas, sem criticar os mecanismos que o tornam possível. Como dívida externa e acordos comerciais desproporcionais, como as tarifas que vem sendo aplicadas pelos EUA. Ou ainda como são abordados assuntos ambientais, sem que de fato sejam feitas as perguntas essenciais para a compreensão do fenômeno. Quem desmata? Como desmata? Pra que desmata? Com foco apenas no desmatamento e poluição do meio ambiente sem a discussão de leis que já vigoram como o Código Florestal, e a invasão de terras indígenas quase que diariamente pelo agronegócio na busca por novas fronteiras agrícolas.

2.1 ANÁLISE DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE ALGUMAS HABILIDADES DA BNCC

Há aqui a necessidade de um debate mais contundente sobre o funcionamento de leis de proteção ambiental. O real objetivo da sua criação e o quanto as ocupações desordenadas de territórios, sejam eles em zonas urbanas ou rurais, tem um impacto direto na qualidade de vida de todos. E de que o descumprimento dessas legislações são o real motivo do alimento mais caro, da perda da biodiversidade e da poluição do meio ambiente. As habilidades da BNCC precisam estar bem conectadas com a realidade dos estudantes, para a sua melhor compreensão. A ocupação desigual do espaço e o descumprimento das legislações ambientais vigentes, causam desequilíbrio e perpetuam os problemas sociais e econômicos. Ou seja, o descumprimento desse grupo de leis gera não apenas um desequilíbrio ambiental, como também gera riscos para o modo de vida de diversas comunidades, que ameaçadas podem acabar nas periferias das grandes e médias cidades, gerando mais problemas para estas. O que significa que todas as intervenções feitas no meio ambiente necessitam de um estudo profundo, e que não há soluções simples para problemas complexos. Um problema gerado pelo descumprimento de uma lei ambiental pode impactar diretamente na qualidade de vida de alguém que nem vive na região diretamente afetada pelo desequilíbrio provocado pela ação humana.

2.1.1 Análise bibliográfica

FIGURA 1: Tipos de Vegetação do Brasil



Fonte: DELLORE, C. Araribá mais: geografia (7º Ano), p.29

As Figuras 1 e 2 descrevem o bioma de maneira didática, e para que servem as Unidades de Conservação, porém falta o debate sobre o descumprimento dessas

normas. O direito adquirido, infelizmente não está garantido. Sem fiscalização esses espaços se transformam em zonas de conflito.

FIGURA 2: Política e a Legislação ambiental no Brasil

A política e a legislação ambiental no Brasil

MEIO AMBIENTE

Em 1985 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, que, na década seguinte, deu origem ao atual Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que tem a responsabilidade de executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, conceder licenças ambientais e promover a fiscalização ambiental, entre outras competências. Em 2012, foi aprovado o Novo Código Florestal brasileiro, com o objetivo de aperfeiçoar os métodos de fiscalização das áreas de preservação permanente e de recursos legais.

As Unidades de Conservação

No Brasil, o governo criou as Unidades de Conservação:

“espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitats* e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente”.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Unidades de Conservação*. Disponível em: [https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html#:~:text=As%20unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20\(UC,do%20territ%C3%B3rio%20nacional%20e%20das](https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html#:~:text=As%20unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20(UC,do%20territ%C3%B3rio%20nacional%20e%20das). Acesso em: 23 fev. 2022.

Unidades de Proteção Integral

Nas Unidades de Proteção Integral, o principal objetivo é manter a área praticamente intacta. Apresentam normas mais restritivas, não permitindo o consumo, a coleta ou qualquer tipo de intervenção nos recursos naturais. Dividem-se em:

- Estação Ecológica – área de preservação, com realização de pesquisas científicas e visitação com objetivo educacional.
- Reserva Biológica – área de preservação e recuperação dos ecossistemas alterados, permitindo apenas visitas com objetivo educacional.
- Parque Nacional – área de preservação e de beleza cênica, com realização de pesquisas científicas, atividades recreativas e educativas.
- Monumento Natural – área de preservação de lugares raros e de grande beleza cênica, com atividades de visitação.
- Refúgio da Vida Silvestre – área de preservação para a existência e a reprodução de espécies, com atividades de visitação.

Unidades de Uso Sustentável

Nas Unidades de Uso Sustentável, a conservação da natureza é conciliada com o uso sustentável dos recursos naturais, sendo permitidas algumas atividades e formas de ocupação. As categorias são:

- Área de Proteção Ambiental – área pública ou particular com proteção da biodiversidade e organização da ocupação humana.
- Área de Relevante Interesse Ecológico – área pública ou particular com preservação de ecossistemas e baixa ocupação humana.

FIGURA 3: A ação humana e o meio ambiente

CAPÍTULO

7 A ação humana e o meio ambiente

Com o domínio de técnicas cada vez mais avançadas, o ritmo e a intensidade das atividades econômicas desenvolvidas pelo ser humano atingiram um nível sem precedentes na história da humanidade. No entanto, esse modelo de desenvolvimento econômico, voltado para a exploração cada vez mais intensa dos recursos naturais do planeta, vem provocando o agravamento e o surgimento de novos problemas ambientais.

Casos de degradação ambiental, por exemplo, são noticiados com grande frequência nos mais diferentes meios de comunicação, seja aqueles que ocorrem no lugar onde vivemos ou em outras partes do nosso país ou do mundo.

Embora alguns problemas ambientais sejam intensos em algumas regiões, muitos desses impactos podem ser observados nas mais diversas partes do planeta. Os desmatamentos são questões ambientais muito mais preocupantes em países que abrigam extensas florestas tropicais, como o Brasil. A poluição atmosférica atinge intensamente países como a China, que tem uma matriz energética apoiada principalmente na queima de carvão mineral.

Veja, a seguir, alguns problemas ambientais da atualidade.

- Extensas áreas de floresta são destruídas todos os anos por conta do avanço de desmatamentos e queimadas. A devastação dessas florestas vem sendo provocada principalmente em razão do aumento das atividades agropecuárias e da exploração madeireira.

Extensa área de desmatamento da Floresta Amazônica, no estado de Rondônia, em 2021.




ARQUIVO NACIONAL/REUTERS/GETTY IMAGES

FIGURA 4: A sustentabilidade e a participação do cidadão

A sustentabilidade e a participação do cidadão

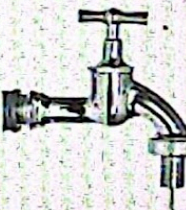
O desenvolvimento sustentável também depende diretamente da participação ativa e consciente de todos os cidadãos. Veja, a seguir, algumas atitudes que todas as pessoas podem tomar no dia a dia para contribuir com a busca pelo desenvolvimento sustentável.

Participar de campanhas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos (lixo). Se não houver esse tipo de serviço no lugar onde vive, a pessoa deve solicitar sua implantação à prefeitura. Por exemplo, se for descartado em local inadequado, um copo plástico leva até 50 anos para se decompor naturalmente, uma tampa de garrafa leva 150 anos e um pneu leva 600 anos.




ZEPER/INSTITUTO

Reduzir o consumo desnecessário de água nos hábitos e nas tarefas cotidianos, assim como evitar o desperdício fechando bem as torneiras. Por exemplo, uma torneira gotejando consome aproximadamente 46 litros de água por dia, e um pequeno vazamento pode desperdiçar até 3 mil litros por mês. Limpar as calçadas com vassoura, em vez de lavá-las com a mangueira, significa uma economia de até 300 litros de água.




ZEPER/INSTITUTO

Economizar energia elétrica aproveitando a iluminação natural durante o dia e acender as luzes apenas quando necessário. Procurar utilizar lâmpadas com maior eficiência energética, como as fluorescentes ou *Light Emitting Diode* (LED), que, em português, significa Diodo Emissor de Luz. Elas representam, respectivamente, uma economia de aproximadamente 80% e 90% em relação às lâmpadas comuns.



ZEPER/INSTITUTO

Denunciar os crimes cometidos contra a natureza aos órgãos responsáveis, exigindo o cumprimento da lei e a punição dos infratores. A denúncia pode ser feita pessoalmente ou por meio de correspondências.



ZEPER/INSTITUTO

Questão 3. Cada um de nós contribui para a construção de uma sociedade sustentável praticando ações como essas. Converse com os colegas sobre a importância dessas atitudes em nosso dia a dia e como elas podem ser colocadas em prática também na escola.

Questão 3. Resposta pessoal. Ressalte atitudes como a reciclagem e o depósito correto dos resíduos em lugares adequados e a redução de uso de automóveis, que contribuem para uma sociedade mais sustentável.

111

Digitalizado com CamScanner

Fonte: Superação! Geografia 9º ano, P.111

As atividades econômicas também não são problematizadas, a exemplo da Figura 5, a discussão sobre industrialização da área precisa existir, além do

incentivo a pesquisa de novos insumos, há muitas espécies a serem descobertas e com potencial comercial na região.

FIGURA 5: Floresta Equatorial Amazônica

Floresta Equatorial Amazônica

Nas áreas de clima Equatorial, a paisagem vegetal mais abundante é a **Floresta Equatorial**. Seu melhor exemplo é a densa Floresta Amazônica. A grande biodiversidade dessa floresta é ameaçada pelos desmatamentos e pelas queimadas frequentes que, além de comprometerem o bioma, são responsáveis pela emissão de CO₂.

As unidades de conservação e as terras indígenas desempenham papel fundamental para a conservação da floresta e do bioma. Observe o mapa a seguir.



Castanheira na comunidade remanescente de quilombo de Mangabeira, Mocajuba (PA), 2020.

Amazônia: categorias fundiárias - 2017



1. Espera-se que os estudantes indiquem que, no conjunto, as terras indígenas e as unidades de conservação têm uma participação significativa na Amazônia, embora existam amplas áreas de floresta desmatadas.

Elaborado com base em: IPAM. Classificação fundiária e desmatamento. IPAM Amazônia, 26 abr. 2018. Disponível em: http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Amazonia_2018_1-1.jpg. Acesso em: 12 jan. 2022.

Explore

3. Resposta pessoal. Os estudantes podem mencionar os seringueiros e os castanheiros, por exemplo.

1. Considerando a área total do bioma no território brasileiro, avalie a presença de terras indígenas e unidades de conservação na Amazônia.

2. Por que os povos indígenas têm um papel importante na conservação da floresta e do bioma em geral?

3. Você conhece outras comunidades da floresta que mantêm estreita relação com os ecossistemas amazônicos e podem desempenhar papel importante na conservação desse bioma? Converse com os colegas.

Na Amazônia, os povos indígenas e os povos e as comunidades tradicionais, como a dos castanheiros (coletores de castanha-do-pará) e a dos seringueiros (coletores do látex da seringueira), dependem do bioma para sua sobrevivência, retirando dele alimentos e medicamentos. A cultura desses povos está diretamente vinculada ao ritmo da natureza. Nos territórios que habitam, além de extrair recursos da natureza, essas populações desenvolvem a pesca, a agricultura e a criação de pequenos animais, navegam pelos cursos de água, promovem diversas manifestações culturais, entre outras atividades. Com exceção dos povos indígenas, aproximadamente 200 mil famílias sobrevivem das atividades extrativistas em toda a região da Amazônia Legal.

192

Na Figura 3. página 80, por exemplo, o assunto “desmatamento” é retomado apenas na página 111 do mesmo livro, como é apresentado na Figura 4. E mesmo voltando ao assunto a solução apresentada não é a política, passa apenas pela conscientização e o incentivo à denúncia, mesmo que as soluções apresentadas sejam plausíveis, não enfrentam diretamente o problema. Economizar água e energia seriam boas soluções para o desmatamento? A crítica ao consumismo e a utilização de recursos renováveis é uma boa alternativa à degradação do meio ambiente na busca por matérias-primas. Porém é necessário o aprofundamento nas verdadeiras causas do desmatamento, é importante que o conteúdo apareça também de uma forma problematizadora. Uma vez que em algumas instituições o principal recurso pedagógico será o livro didático, e lembrando que conexão precária com a internet e deficiências na formação docente, fazem ainda parte da realidade nacional.

Como podemos perceber nas figuras 1, 2, 3, 4 e 5, a apresentação da vegetação amazônica enfatiza apenas alguns aspectos que a diferenciam dos demais biomas, além da ameaça do desmatamento. Há ainda a apresentação descritiva de como funcionam algumas unidades de conservação. Ao aluno é dada apenas a solução vaga da “conscientização ambiental”. Falta ao enunciado a análise do Marco temporal e os impactos de uma possível revisão.

Além de ignorar o fato de que o agronegócio age em algumas localidades como política de estado devastando áreas demarcadas e unidades de conservação expulsando de forma violenta indivíduos, que não possuem nenhum amparo estatal para enfrentar grandes proprietários de terra. A abordagem superficial dos temas Políticos, Econômicos e Jurídicos vai muito além deste tema. Há ainda na BNCC as definições de estado e território (habilidade EF08GE05) que perpassa o conteúdo, mas não aprofunda para temas como sistema eleitoral, cargos políticos, orçamento público e lobby de empresas interessadas em garantir os seus lucros. São raros os exemplos de livros didáticos que exemplificam como o interesse de imobiliárias e grandes empreiteiras decidem como será feito o loteamento de áreas do seu interesse.

O Brasil, mesmo possuindo uma legislação ambiental e mesmo tendo sediado a ECO-92 no Rio de Janeiro-RJ, e se preparando para Receber em Belém-PA a COP 30 a ser realizada em novembro de 2025. Não aborda a legislação ambiental em ambiente escolar. A lei de crimes ambientais(Lei 9.605/98) sequer é mencionada em um país com uma biodiversidade tão rica como o nosso. A equiparação de uma lei para a floresta Amazônica que se iguale a lei da Mata Atlântica(Lei 11.428/06) também é necessária. Essa exige a recuperação de áreas degradadas pelos próprios empresários em regiões de Mata atlântica. O que significa o replantio em caso de derrubada. Na Amazônia, as secções de floresta derrubadas por madeireiros não tem essa exigência. Além de abrirem terreno para outras atividades, geralmente voltadas ao agronegócio.

Apesar de todos os esforços, a desvalorização da educação no Brasil, desvincula o espaço geográfico do poder e da política. Gerando uma visão acrítica do mundo. Que passa a ser apenas a consolidação das decisões individuais em detrimento da coletividade. O desconhecimento sobre o funcionamento de órgãos essenciais para a gestão pública como o Legislativo, Executivo e o Judiciário, ou da existência de consultas ou audiências públicas, que tratam exatamente da funcionalidade do espaço em que esse indivíduo vai existir. Promove pensamentos como o da relativização da pobreza e da violência como resultado de escolhas pessoais e não como escolhas políticas.

2.2.1. Análise crítica, para além da memorização

A de livros didáticos de Geografia mostram algumas falhas em conectar os estudantes e prepará-los para a compreensão das dinâmicas de poder e como ele molda o território. A análise crítica e a inclusão de leis, além de políticas públicas e a citação de conflitos econômicos e por território é parte integrante na compreensão da Geografia. Seria ideal que os alunos conseguissem compreender com clareza pelo menos um organograma simples de como funcionam os poderes. As atribuições de cada um deles, e como as eleições refletem na tomada de decisão e no cotidiano de todos. Para além da memorização dos estados e capitais

brasileiras, é necessária a compreensão dessas estruturas. Mesmo que de maneira simplificada, como na figura 6:

FIGURA 6. Esferas de Poder da União, Estados e Municípios



Fonte: Portal da transparência, Governo Federal

A produção de materiais didáticos que relacionem as noções de clima e relevo ao orçamento público a ser repassado para áreas de risco, bem como a implementação de atividades de mineradoras num território, devem ser discutidos os seus impactos no meio ambiente e na vida cotidiana da população local.

Além das funções de ocupantes de cargos públicos e as suas responsabilidades. Como nas enchentes no Rio Grande do Sul, de quem é a responsabilidade? A natureza não pode ser a culpada pela falta de planejamento e fiscalização estatal.

A simples memorização de conceitos pelos alunos não garante o entendimento de como o espaço é transformado e de como isso afeta diretamente a sua vida cotidiana. A ação humana, basicamente o principal tema da disciplina, parece não produzir nenhum efeito prático na concepção de sujeitos acríticos.

Milton Santos, em *A natureza do espaço* (1997), propunha uma Geografia crítica, e sugeria o espaço como um campo de disputas. E escreve que se o estudante não puder levar em conta os fenômenos físicos e relacioná-los aos processos sociais, não será capaz de desenvolver ferramentas que o ajudem a

questionar. Como por exemplo; as desigualdades regionais. O porquê de existirem regiões mais pobres em detrimento de outras. A falta de recursos naturais, não pode ser o único motivo.

A colonização e a exploração do território em questão, bem como a má gestão e distribuição de investimentos públicos também entram na conta. Assim como a omissão do estado, que mascara o desmatamento da Amazônia, e o “apresenta” apenas como perda da biodiversidade.

Mas quem se beneficia dessa destruição ambiental, deve ser o questionamento principal do aluno crítico. A perda dessa capacidade gera cidadãos que creem que a realidade é imutável e que acabam por perder a capacidade de lutar por melhorias no seu entorno.

Saviani(2005), defende a Pedagogia Histórico-Crítica como maneira de analisar o papel da escola na transmissão e transformação do conhecimento. Por ser um fenômeno humano, a educação é o principal meio de transformação do espaço e não deve apenas atender ao modo de vida capitalista, mas sim ser relacionada à gestão e planejamento do espaço, e para a melhoria de vida por meio da emancipação do ser humano. Reintegrar essas dimensões segundo Milton Santos (1997); É essencial para formar estudantes que não apenas conhecem o mundo, mas compreendem as suas contradições e consigam transformá-lo.

CAPÍTULO 3

DADOS DO INEP SOBRE DEFICIÊNCIAS NO LETRAMENTO EM DISCIPLINAS HUMANAS

A análise do relatório do SAEB 2021 voltado para Ciências humanas revela alguns dos desafios às tentativas de desenvolvimento de um pensamento crítico. Como incentivar os estudantes a questionarem a informação que recebem se eles não conseguem compreendê-la? Agora com tantas informações desencontradas, e a falta de uma fonte confiável de informações, a escola precisa tomar esse espaço de conhecimento palpável e aplicado a vida cotidiana. Os problemas comuns a todos os cidadãos não podem ser enfrentados como problemas individuais.

3.1 ANÁLISE DE DADOS SAEB 2021

O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(INEP), órgão que realizou o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), e responsável pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), não realiza uma pesquisa específica sobre o conhecimento crítico geográfico dos alunos, porém o teste de ciências humanas do SAEB 2021, ao ser analisado evidencia as lacunas existentes entre o conteúdo apresentado nas escolas e o apreendido pelos alunos. Essa dificuldade de compreensão pode ser percebida pelos resultados divulgados pelo relatório: dos alunos de 9ºano do ensino fundamental que realizaram o teste apenas 26,3% conseguiram atingir o coeficiente mínimo adequado de aprendizagem em Geografia e História, e por volta de 2% dos estudantes demonstraram capacidade de analisar criticamente os processos que levaram a formação do Estado brasileiro com total clareza a ponto de atingirem os maiores níveis ou de conseguir relacionar os fatos ocorridos durante a formação do nosso país que nos trouxeram até o presente momento,e suas correlações com o atual cenário do país.

Esse resultado pode ter sido influenciado pela pandemia de covid-19. Já que em anos anteriores os dados estavam um pouco acima(por volta de 18%). Mas as aulas à distância e a falta de contato presencial, não são os únicos responsáveis por números tão baixos, que já vêm sendo apresentados ao longo dos anos. Uma vez que a grande maioria dos estudantes não consegue atingir minimamente o coeficiente positivo. Datas e conceitos são memorizados pelos alunos, porém os mesmos não conseguem relacionar fatos históricos às dinâmicas políticas atuais(ex.: impacto da constituição de 1988 na democracia, inflação e políticas monetárias). Os dados contidos no SAEB 2021; demonstram uma situação crítica e podem ser verificados no próprio relatório que visa medir o grau de domínio de algumas habilidades básicas preconizadas pela BNCC durante os anos de ensino em Geografia e História, tal como a de, reconhecer a importância de mapas históricos como fonte de representação e registro,sobre cidadania direitos

humanos, e movimentos sociais. Como exemplo algumas dessas habilidades são apresentados a seguir nas Figuras 7 e 8²;

FIGURA 7: Matriz de referência para o teste de Ciências Humanas do SAEB para o 9º ano do ensino fundamental

QUADRO 5

MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O TESTE DE CIÊNCIAS HUMANAS DO SAEB PARA O 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Eixos do conhecimento	Eixos cognitivos		
	A. Reconhecimento e recuperação	B. Compreensão e análise	C. Avaliação e proposição
1. Tempo e espaço: fontes e formas de representação	A1	B1	C1
2. Natureza e questões socioambientais	A2	B2	C2
3. Culturas, identidades e diversidades	A3	B3	C3
4. Poder, Estado e instituições	A4	B4	C4
5. Cidadania, direitos humanos e movimentos sociais	A5	B5	C5
6. Relações de trabalho, produção e circulação	A6	B6	C6

Fonte: Brasil. Inep (2018, p. 124).

A organização das tarefas comuns à área do conhecimento em três eixos cognitivos objetivou dar clareza e cobertura a toda progressão esperada entre os agrupamentos de processos e etapas de mobilização do conhecimento característicos de cada um deles. No primeiro eixo (A: Reconhecimento e Recuperação), enquadram-se os itens que mobilizam, para sua resposta, o reconhecimento e a retomada pelo respondente de informações e conceitos característicos da área. Os itens enquadrados no segundo eixo cognitivo (B: Compreensão e Análise) passam a exigir do respondente articulação e integração desses conhecimentos, sem, entretanto, mobilizar o senso crítico ou criativo e autoral do respondente, traço que marcaria o salto para o terceiro eixo cognitivo avaliado (C: Avaliação e Proposição).

Os seis eixos do conhecimento que compõem a matriz organizam de forma integrada, articulada e interdisciplinar os conhecimentos próprios das Ciências Humanas previstos na BNCC para a etapa de ensino. Foram propostos de forma não hierárquica na matriz de referência e em torno das características conceituais e metodológicas da área do conhecimento:

- 1) Tempo e espaço: fontes e formas de representação;
- 2) Natureza e questões socioambientais;
- 3) Culturas, identidades e diversidades;
- 4) Poder, Estado e instituições;
- 5) Cidadania, direitos humanos e movimentos sociais; e
- 6) Relações de trabalho, produção e circulação.


31 RELATÓRIO DE RESULTADOS DO SAEB 2021 – VOLUME 3
 AVALIAÇÃO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E CIÊNCIAS HUMANAS
 NO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Fonte: RELATÓRIO DE RESULTADOS DO SAEB 2021 – VOLUME 3

² As imagens são apenas ilustrativas, mais dados e detalhes sobre o SAEB podem ser conferidos no relatório: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2021/resultados/relatorio_de_resultados_do_saeb_2021_volume_3.pdf

FIGURA 8: Representatividade das habilidades da BNCC na Matriz de referência para o teste de Ciências Humanas do SAEB para o 9º ano do ensino fundamental

TABELA 3

REPRESENTATIVIDADE DAS HABILIDADES DA BNCC NA MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O TESTE DE CIÊNCIAS HUMANAS DO SAEB PARA O 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Eixos do conhecimento	Eixos Cognitivos			Total
	A	B	C	
1. Tempo e espaço: fontes e formas de representação	2%	3%	2%	7%
2. Natureza e questões socioambientais	5%	7%	3%	14%
3. Culturas, identidades e diversidades	3%	6%	4%	13%
4. Poder, Estado e instituições	3%	14%	3%	21%
5. Cidadania, direitos humanos e movimentos sociais	2%	9%	8%	19%
6. Relações de trabalho, produção e circulação	6%	15%	6%	26%
Total	20%	53%	27%	100%

Fonte: Brasil, Inep (2018, p. 137).


O estudo que subsidiou o cálculo dessa proporção produziu uma lista de especificação das habilidades mensuráveis previstas na BNCC, classificadas nos cruzamentos das matrizes de Ciências Humanas e utilizadas no processo de captação de itens e de sua seleção para o teste. O exemplo da lista de especificação de um dos cruzamentos da matriz, que pode ser consultada na íntegra no documento de referência do Saeb (Brasil, Inep, 2018), é apresentado no Quadro 6.

QUADRO 6

HABILIDADES ILUSTRATIVAS DO CRUZAMENTO A1 – MATRIZ DE CIÊNCIAS HUMANAS – SAEB – ANOS FINAIS

Eixo cognitivo	EIXO 1: Tempo e espaço: fontes e formas de representação
A	1 Reconhecer a função e a importância de mapas históricos como fontes de representação e registro.
	2 Identificar características de diferentes projeções cartográficas.
	3 Identificar diferentes formas de representação da noção de tempo ou de periodização dos processos históricos.
	4 Reconhecer os métodos de produção do saber histórico.
	5 Reconhecer as fontes históricas relativas às sociedades antigas na África, no Oriente Médio ou nas Américas.
	6 Identificar características das tradições orais ou escritas de registro da história de diferentes sociedades.

Fonte: Brasil, Inep (2018, p. 147).



RELATÓRIO DE RESULTADOS DO SAEB 2021 – VOLUME 3
AVALIAÇÃO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E CIÊNCIAS HUMANAS
NO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Digitalizado com CamScanner

Esses dados revelam que o ensino brasileiro não vem preparando os estudantes para compreender o funcionamento das instituições políticas, ou os direitos básicos e os processos econômicos que regem a utilização do espaço, e essenciais para a formação da cidadania. Sem essas competências, os estudantes se tornam vulneráveis e desconectados da realidade. Suscetíveis a desinformação, ao endividamento e a alienação política. Obviamente que apenas a falta de conhecimento sobre termos básicos apenas, não seria o único motivo a explicar números tão alarmantes. Mas noções de micro e macroeconomia podem incentivar o consumo consciente nos lares brasileiros. Além de evitar a “praga” dos jogos de azar eletrônicos, que se vendem como investimento para os seus apostadores. Ou as “mirabolantes” aulas de investimentos e de cursos de investimentos, que inundam a internet e por vezes culpam o pobre pela sua pobreza. Enquanto isso, ignorando todos os dados anteriormente citados, o governo do estado de São Paulo reduziu a carga horária do ensino de Geografia em 25,9% no ano 2025, passando das 180 horas do ano anterior para 133,3 horas anuais

3.1.1 Alienação e efeitos práticos da desinformação

O problema é muito grave e assola geralmente as classes mais baixas da sociedade, esse público já convive com a restrição dos seus direitos que não são garantidos de pronto. Transporte público de má qualidade, especulação imobiliária, e violência. Os problemas comuns a todos os cidadãos não podem ser enfrentados como problemas individuais. Comprar uma arma não vai garantir a segurança pública do indivíduo, comprar um carro não vai resolver os seus problemas de mobilidade e reclamar nas redes sociais não vai mudar o preço da tarifa do ônibus.

Evidências de como funcionam essas redes de desinformação, surgiram após investigações da Polícia Federal (PF), que resultaram na deflagração da Operação Última Milha, foi constatada a existência de uma milícia digital que atuava dentro do Palácio do Planalto. Esse grupo gerava desinformações e atuava no ataque a adversários e na divulgação de “Fake news”. Como dito anteriormente, até existiam difamações na política, mas não de forma institucionalizada. Talvez nem mesmo os membros desse “Gabinete do ódio” tenham noção do estrago causado por tamanha desconexão da realidade. Outro grave problema da falta de letramento

geográfico é o endividamento das famílias brasileiras e a quantidade de golpes que se instalaram na última década.

Entre abril e maio de 2024, o índice de famílias endividadas chegou a 78,8%. Apontou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, realizada pela CNC (Confederação Nacional do Comércio). Num país com tantas desigualdades sociais não é difícil imaginar que sujeitos em situações vulneráveis, seriam facilmente convencidos por qualquer proposta de melhoria de vida. É preciso desenvolver um cidadão crítico que consiga se enxergar dentro do mapa e não apenas enxergue o mapa como um QR code. Uma outra língua que não tem nenhuma conexão com a sua realidade, ou apenas uma maneira de justificar o seu determinismo. Nos próximos capítulos deste trabalho serão apresentadas algumas formas de complementar o ensino de Geografia com foco na política, no direito e na economia. Estas três disciplinas conversam diretamente com a formação plena do aluno, e o entendimento destas ajuda na formação do pensamento crítico, e na emancipação dos cidadãos.

CAPÍTULO 4

PORQUE É IMPORTANTE FALAR SOBRE POLÍTICA? A IMPORTÂNCIA DO ESTADO, DOS SISTEMAS ELEITORAIS E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para compreender o Estado e os sistemas eleitorais, e as formas de participação social é fundamental que os estudantes consigam decifrar as dinâmicas de poder. Esses temas, quando integrados às dinâmicas de ensino da Geografia, permitem ao aluno pensar criticamente a maneira como o espaço é gerido. E analisar criticamente as decisões legislativas tomadas pelos gestores de todas as esferas. E a mobilizar-se coletivamente para influenciar a organização do seu bairro, cidade, estado, etc.

4.1 COMPREENSÃO EFETIVA DAS LEIS E DO ESTADO

O Estado como a estrutura central da vida política de um território (seja ele mais simples ou mais complexo), precisa ter o seu funcionamento completamente desvendado. Desde o plano diretor da cidade, até a construção de uma hidrelétrica, todos os prós e contras precisam ser discutidos e debatidos em sala de aula, não apenas o conceito do que vem a ser uma hidrelétrica ou um plano diretor mas os impactos diretos aos quais os cidadãos serão expostos. Povos originários afetados e meio ambiente destruído. Existe sempre uma percepção de falta de segurança em toda a população brasileira. Segundo pesquisa recente da Genial/Quest de abril de 2025, a violência é a principal preocupação da população brasileira. Com 29% dos entrevistados que acusam esse como o principal problema do país. Porém num Estado federalista como o Brasil as atribuições voltadas à segurança pública são de responsabilidade estatal e municipal.

À União são resguardadas apenas a Defesa Nacional e a investigação e as apreensões realizadas pela Polícia Federal (PF) e pela Força Nacional, que atua em casos excepcionais (BRASIL, 1988). Apesar da hierarquia, cabe aos estados federados garantir que seus cidadãos tenham uma vida segura, ou por exemplo na questão do saneamento básico. De quem é a competência de garantir que as casas tenham acesso a coleta de esgoto e água tratada? Segundo a Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 1988). e a lei do saneamento básico Lei N°11.445/2007. Estados, municípios e a União, tem responsabilidade compartilhada, mas existem competências privativas³ que merecem atenção e que carecem de debate. A exemplo da União que pode destinar recursos para o saneamento básico pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB).

Bem como os motivos pelos quais algumas cidades conseguiram universalizar o saneamento básico enquanto outras não possuem nem de perto uma porcentagem razoável de domicílios atendidos por coleta regular de esgoto. A disparidade entre a distribuição de recursos, e também a aplicação efetiva dos mesmos deve sempre ser percebida quando se fala sobre o assunto. A educação passa pelo mesmo dilema quando se trata da divisão de competência dos gestores e as barreiras enfrentadas na operação federal, estadual, e municipal de recursos

³ "competências privativas" referem-se às atribuições exclusivas de um determinado ente federativo (União, estados ou municípios) na Constituição Federal. Essas competências não podem ser exercidas por outros entes, a menos que haja delegação específica prevista em lei.

para a área. Em alguns casos Municípios e Estados disputam a gestão do ensino fundamental. Alguns estados como Rio Grande do Sul e São Paulo, têm uma parte maior do orçamento anual aplicado para a educação enquanto estados como Maranhão e Alagoas, investem menor montante no mesmo setor. Essas decisões tomadas sempre dentro das necessidades políticas de gestores geralmente não têm em conta as necessidades dos habitantes, mas atendem tão somente aos anseios políticos da classe dominante.

Sem contar a guerra fiscal travada entre estados que competem para atrair empresas, e tentar aquecer a economia local dando isenção de impostos para os mais diversos conglomerados industriais. A quem esses interesses atendem realmente? A devolução de tributos para essas instalações beneficiam a população local ou a empresa que se instalou no respectivo estado? Os benefícios não se resumem apenas aos incentivos fiscais, mas a infraestrutura local que é moldada para receber e fornecer e agilizar as atividades a serem realizadas nesse parque industrial. Burocracias são facilitadas, terrenos são doados e por vezes impostos são reduzidos ou zerados. Tudo isso com a promessa de geração de empregos e de renda para os habitantes locais. Mas uma vez instaladas as empresas que apenas se utilizam desse aparato para acumular capital, tendem a procurar as maiores vantagens e se mudam da localidade quando encontram melhores oportunidades.

A política de fato permeia os mais diversos setores da sociedade e o seu entendimento é de total importância, para o efetivo exercício da cidadania. O sistema eleitoral, que se propõe a representar o povo, define como será distribuído o poder. Estados com maior população elegem mais deputados, entretanto regiões com menos população, como a região Norte do Brasil tem menos influência no congresso. São apenas 65 deputados federais em toda a região Norte, enquanto apenas o estado de São Paulo possui 70 parlamentares, segundo dados da Câmara Federal.

Uma legislação sobre a proteção da Amazônia, teria menores chances de ser aprovada. O voto em personalidades e candidatos “famosos” também é um problema, geralmente o político que se elege com base em popularidade não tem um compromisso com um projeto político, e ajuda a eleger outros candidatos nos

quais o eleitor não votou. Dos 513 deputados eleitos para a Câmara Federal dos Deputados em 2018, 486 foram eleitos pelos votos dados aos demais candidatos do mesmo partido. Pois o sistema da Câmara é proporcional, isso ocorre porque o sistema de distribuição da casa é diferente das eleições do Executivo ou do próprio Legislativo (Senado Federal). Nas eleições os eleitores votaram num candidato a Deputado Federal e no seu partido ou coligação. Isso significa que, uma legenda que possua muitos votos pode pautar as decisões, sem qualquer tipo de interferência. Moldando o cotidiano nacional sem maiores interrupções, por possuir uma maioria no congresso que votaria as suas exigências.

A mídia os nomeia popularmente de “bancada da bala”, “do boi” e da “bíblia”. Pecuaristas, pastores e militares estão entre os nomes frequentes dessas legendas e estão sempre tomando decisões mais posicionadas à direita ou à extrema direita. Essas bancadas sempre existiram, mas foi nas eleições de 2018 que o seu número aumentou exponencialmente, e mostraram a insatisfação com a política da população. Além de comportamentos antes velados como misoginia, homofobia e racismo, que passaram a ser normalizados dentro do próprio plenário. Em um momento tão complexo como este em que vivemos. As pessoas têm opiniões, e se engajam em debates políticos, mas sem nenhuma base. Somente querem expressar as suas convicções, por mais absurdas que possam parecer. Mas e o papel da escola nesse debate? Como ela pode ajudar a melhorar a compreensão dos alunos em um assunto tão vital para a construção das sociedades futuras?

Não seria um problema apenas de planejamento econômico ou de técnicas econômicas, mas um problema fundamentalmente político. Enfrentá-lo requer uma postura, uma vontade política nacional de empreender transformações estruturais na realidade brasileira...

[...] os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas”. Por isso, não é uma questão de “se” a escola deva se envolver, mas sim de que forma irá se envolver e com que abrangência o fará. Freire, 2014, p. 120).

Freire ainda nos alerta para que seja superada a educação que é repassada aos alunos que a recebem de forma passiva. Esse tipo de educação precisa ser superada e uma nova educação emancipadora precisa ser apresentada, essa sim problematizadora e desveladora de verdades.

4.1.1 Participação social, porque ela não é uma opção?

A participação social é uma ferramenta democrática e vai além do voto existem vários outros mecanismos de participação como audiências públicas, movimentos sociais, plebiscitos e conselhos municipais. Tudo isso ajuda no entendimento de que a democracia vai além das urnas. E que a pressão de movimentos sociais pode fazer com que as autoridades competentes se movimentem para garantir um direito que já está descrito em lei.

Como o exemplo do Movimento dos trabalhadores sem-terra (MST), que ocupam terras improdutivas. Em detrimento dos proprietários que utilizam o seu lobby no congresso para garantir a posse da terra. Conselhos de saúde que atuaram durante a pandemia de covid-19 mostraram a importância da participação popular, com denúncias feitas sobre as irregularidades dos gestores na saúde pública. Mais do que nunca esses colegiados demonstraram ser de fundamental importância nesse contexto difícil. E até recentemente continuam denunciando a impunidade dos crimes que foram cometidos nesse período.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Fernando Pigatto, destacou que o estado brasileiro é signatário de compromissos científicos, e as instituições da República, cada uma no seu papel, têm funções bem definidas. No entanto, todas elas devem caminhar juntas no sentido de valorizar o conhecimento científico.

Passamos por uma tentativa de enfraquecimento das instituições, e o fortalecimento do Estado brasileiro como um todo, assim como da Democracia e do Estado Democrático de Direito, é fundamental. As ações em prol da sociedade devem ser levadas adiante, não apenas para dar uma satisfação, mas para realmente cumprir o que está estabelecido, seja na Constituição Federal, seja em acordos internacionais. (BRASIL, Conselho Nacional de Saúde, Pigatto, 2024).

Um letramento político é necessário nesses casos o estudante precisa conhecer e reconhecer os problemas do seu bairro. Mapear as ruas não iluminadas, as vias esburacadas, as não atendidas por transporte público. E poder cobrar isso diretamente nas ouvidorias municipais, nos canais de reclamação do seu município, estado etc. Conseguir entender os conceitos seria um bom começo.

Uma abordagem pedagógica, poderia trazer à tona as políticas públicas adquiridas por meio de participação popular. Como é o caso da Lei 11.340/06.A Lei

Maria da Penha. A lei tem o nome de uma mulher cidadã que conseguiu por meio de uma intensa luta com que fosse votado um decreto que visa tipificar o feminicídio e qualquer outro tipo de violência contra as mulheres. Com a mobilização da sociedade em torno do caso, os anseios da população puderam então ser atendidos. Ou a Lei 12.737/12, que visa proteger os dados cibernéticos e a privacidade dos usuários nas redes. Também fruto da demanda e da participação popular em torno do caso da atriz Carolina Dieckmann, que teve seu computador invadido por criminosos.

Outra maneira de engajamento à participação popular junto aos alunos é a visita a plenários e câmaras municipais. Educação e política dependem uma da outra para existirem, alunos precisam terminar a formação inicial com pelo menos conceitos básicos da Constituição Federal, precisam aprender sobre as diferentes vertentes do espectro político. As diferentes formas de governo já vivenciadas pelo país, Brasil colônia, Império e República.

É importante discutir e explicar como a participação popular não tem espaço numa monarquia. Discutir a anarquia também, e como a falta de um poder centralizado é perigoso a unidade nacional. As legendas políticas e o que preconizam. Alunos vão chegar à vida adulta sem debater sobre os partidos que vão reger a política nacional. Como pode isso acontecer? Todos têm uma história pregressa, e é essencial que todos estejamos cientes das ações tomadas pelos partidos e suas lideranças. Após a apresentação de todos esses quesitos. Atividades pedagógicas voltadas ao ensino de Política dentro do programa da Geografia, podem acontecer com a realização de eleições simuladas. Entre os próprios alunos. Até mesmo utilizando as idéias divergentes dos próprios alunos. Uma vez vencido o pleito é importante que fiquem cientes de todo um rito que precisa ser seguido.

E criar no aluno a noção de que a vontade da maioria precisa ser respeitada, (por exemplo em uma eleição de maioria simples). Alguns desses conceitos podem parecer básicos. Mas o pensamento crítico precisa estar bem claro na formação dos alunos, é preciso que eles consigam compreender e respeitar acordos coletivos basilares criados pela sociedade. Logicamente as dificuldades enfrentadas por docentes são grandes barreiras relacionadas ao ensino de política na escola. A falta

de formação dos docentes é um desafio, além da recente polarização ideológica. Como discutir assuntos tão espinhosos para boa parte da sociedade que não aceita um contraponto? Temas como cotas no ensino e reforma agrária, são muito difíceis de serem debatidos em comunidades escolares.

Sem contar no material didático, como mencionado anteriormente, que atua no ensino, por vezes, de maneira descritiva. E raramente aborda política ou o funcionamento do sistema político nacional. Como podemos discutir divisão territorial sem discutir as competências dos entes federativos? Esses assuntos estão correlacionados. E ajudam a explicar a formação e as transformações do território. O assunto todavia não pode se transformar em um tabu. Ou ficar apartado das instituições de ensino. É preciso chamar ao debate os estudantes e incluí-los nas discussões de maneira crítica e da forma mais clara possível. Algumas instituições podem ajudar na capacitação de temas interdisciplinares como esse; Universidades, Câmaras e conselhos, por exemplo. O uso do Portal da Transparência, ou do Observatório Social do Brasil. São de grande auxílio para consultas das atividades parlamentares e fiscalização das ações executadas pelas administrações. É preciso que os alunos tenham em mente a importância do conhecimento e da boa gerência de recursos públicos para o bom funcionamento da sociedade.

Compreender o espaço como uma construção política, e não somente física, permite que se desenvolva um senso crítico que se contrapõe aos discursos hegemônicos e simplificações de temas complexos. O uso de ferramentas como abaixo-assinados e ações judiciais coletivas são um caminho para exercer uma pressão popular e que estão acessíveis a todos os cidadãos.

A simples descrição dos entes federativos não é o único papel da Geografia. Há muitos outros assuntos que precisam fazer parte do currículo da disciplina. Ela precisa revelar quem decide o manuseio e as tomadas de decisão nesse território, como rios e o relevo é transformado e se isso trará realmente algum benefício para a população. Ou ainda os caminhos que esta terá para intervir caso não esteja satisfeita com o manejo estatal. Os sistemas eleitorais e a participação social são as armas a serem decifradas, e que transformarão a vida e o bem estar de todos, com responsabilidade e consciência.

A cidadania ativa é essencial para a leitura de um território como um espaço de direitos a serem garantidos. Sem esta perspectiva o aluno ao adentrar a vida adulta não desenvolve a habilidade para exigir políticas públicas, como um transporte de qualidade ou melhorias na pavimentação e saneamento do bairro em que vive. Conseguir discutir meios alternativos à monocultura, como projetos para a agricultura familiar e assentamento de agricultores sem-terra, que terão como consequência o barateamento de alimentos. Numa dinâmica básica de oferta e demanda. E a conseguir analisar propostas de candidatos de maneira consciente e voltadas à realidade, sem ser levado por propostas vazias. Mas como conseguir isso se o pensamento crítico não permear a tomada de decisão do eleitor e se ele não for capaz de pensar criticamente? O resultado disso? A passividade dos cidadãos, além da incapacidade em intervir nos assuntos e nas lutas necessárias à sociedade.

CAPÍTULO 5

O DIREITO

Os conceitos básicos de Direitos humanos e itens da Constituição federal também precisam ser explicitados no ensino de Geografia, A legislação ambiental merece uma atenção especial pois as relações de construção do espaço geralmente giram em torno da transformação da natureza. Aos estudantes o entendimento de leis e marcos históricos é fundamental, temas como esses não são apenas ligados ao Direito e a Sociologia, ultrapassam o limite dessas disciplinas e são ferramentas essenciais para a análise crítica de conflitos socioambientais e desigualdades espaciais. Passam necessariamente por litígios e explicam muitos dos problemas que são enfrentados pela sua população. Além de abordá-los superficialmente em sala, é necessário compreender os direitos e os deveres como cidadãos, e os impactos da ação humana embasados em leis e jurisdições.

5.1 CONCEITOS BÁSICOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E O DIREITO À VIDA

Os conceitos básicos de Direitos humanos e itens da Constituição federal também precisam ser integrados ao ensino de Geografia, A legislação ambiental

merece uma atenção especial pois as relações de construção do espaço geralmente giram em torno da transformação da natureza. Aos estudantes o entendimento de leis e marcos históricos é fundamental, temas como esses não são apenas ligados ao Direito e a Sociologia, e são ferramentas essenciais para a análise crítica de conflitos socioambientais e desigualdades espaciais. A sua relevância para a Geografia é enorme e muitos dos problemas de urbanização e exploração do Brasil. Passam necessariamente por litígios e explicam muitos dos problemas que são enfrentados pela sua população. Além de abordá-los superficialmente em sala, é necessário compreender os direitos e os deveres como cidadãos. E os impactos da ação humana embasadas em leis e jurisdições.

A Constituição Federal de 1988, fundamenta a constituição do poder e por consequência da conformação do território brasileiro. Ela é a base jurídica que organiza o estado nacional e precisa de mais atenção junto ao ensino geográfico. Por se constituir como um estado federalista, o Brasil tem competências bem específicas para cada ente (com algumas exceções). Há sim a importância do entendimento e da composição do território. Conhecer os estados e suas capitais, conhecer as diversas nuances da divisão territorial dos municípios, a formação de regiões administrativas, etc... Mas mais importante do que isso, é a importância de conseguir relacionar direitos sociais ao espaço geográfico. O direito à moradia:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Este artigo da constituição, parece não levar em conta a quantidade de favelas, ou áreas similares que dominam a paisagem dos municípios mais populosos. Capitais como Belém-PA e Salvador-BA possuem um índice de favelização considerável, enquanto o estado do Amazonas possui um índice de 34,7%. Na prática, isso significa menos infraestrutura, menos coleta de lixo, menos hospitais, e menos direitos para essa população. O direito à cidade, por vezes ignorado, é de todos os cidadãos e precisa ser garantido quando da construção de um novo loteamento. Novas ocupações precisam de um planejamento com embasamento técnico para a sua liberação.

Outro artigo de enorme relevância é o Art 184, que preconiza a desapropriação de terras improdutivas, para a melhor utilização em prol dos trabalhadores:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988)

Os conflitos no campo têm gerado diversas mortes todos os anos por conta das muitas disputas, e do não cumprimento deste artigo. O conhecimento do direito, colocaria o assunto em pauta e mostraria a relevância de manter o campo pacificado, para a garantia não só da segurança pública, como da segurança alimentar. Ou seja, até quem não vive no campo se beneficiaria com o cumprimento dos direitos garantidos pela constituição.

Os direitos humanos, reconhecidos pelo Brasil junto a órgãos internacionais, são garantidos pela constituição e são essenciais para analisar as desigualdades geográficas. É apenas uma garantia de tratamento diferenciado, para situações diferenciadas. Não há como comparar e se exigir que uma comunidade quilombola tenha o PIB de uma cidade. Ou que uma terra indígena tenha a renda per capita de uma cidade como São Paulo. A delimitação dessas terras garante que comunidades tradicionais possam gerir a sua cultura de maneira a preservá-la.

E para além do benefício de manter a mata nativa do seu entorno de pé. Elas existem para a garantia do direito dos que ali habitam. Recentemente, indígenas do Xingu conseguiram reconhecimento de direitos usurpados pela ocupação das suas terras, pela inundação e o desvio do rio pela usina hidrelétrica de Belo Monte. Esse caso demonstra como é importante a união e a ciência da população do fato de que existem leis, mas que as lutas para a garantia de direitos são uma arma a ser utilizada. A legislação ambiental brasileira é uma das mais avançadas do mundo, mas a sua aplicação é marcada por contradições. Compreender essas nuances é crucial e ajuda a entender as relações entre economia e ecologia. A exemplo do código florestal que delimita e implica nas relações entre o agronegócio e a manutenção das florestas nativas.

Esse balanço precisa ser discutido, e uma vez que existem limites naturais a serem respeitados. Mas também as necessidades econômicas, a lei de crimes ambientais (Lei 9.605/98) versa sobre as penalidades causadas por esses agentes. Mas o seu desconhecimento tende a ajudar e a “anistiar” aqueles que cometem esses delitos. Os efeitos nocivos da perda da biodiversidade podem ser abordados em sala de aula com a confecção de mapas temáticos que possam apresentar o que significa a perda de flora e fauna para uma região.

Também a simulação do cumprimento da legislação vigente por meio de um mapa fictício, ou um esquema de como áreas próximas às degradadas também estão em risco. Para que fiquem claros os termos e obrigações que proprietários precisam ter com as suas produções, e os limites que precisam ser respeitados pelo bem comum. As mudanças em legislações em outros países como: Equador, Bolívia e Nova Zelândia, mostram uma tendência de ordenamentos jurídicos em migrar do antropocêntrico⁴ (natureza em benefício do homem), para o ecocêntrico⁵ (natureza em benefício da natureza). O medo de atingir um “point of no return”, ou ponto de não retorno, fez com que estes países começassem a repensar a maneira como extraem os seus recursos naturais.

A Bolívia, por exemplo, é um país sul-americano com uma notável população indígena. A noção de Mãe Terra (Pacha Mama), levou à criação da Ley de Derechos de la Madre Tierra, de acordo com essa lei a natureza passaria a ter direitos, baseados nos conhecimentos indígenas e a capacidade de auto-regeneração, a lei determina que os seres humanos devem respeitar a natureza, e o meio ambiente natural, e que devem viver em equilíbrio com o ecossistema ao redor.

5.1.1 Desenvolvimento sustentável e respeito às legislações existentes

O campo brasileiro passa pelo desafio de se desenvolver sustentavelmente. As diversas culturas do agronegócio precisam repensar a maneira como lidam com a terra e a funcionalidade dos biomas, para além do lucro apenas, e essa não deveria ser uma questão difícil, uma vez que os próprios empresários e agricultores dependem desses ecossistemas para o fornecimento de água e polinização das

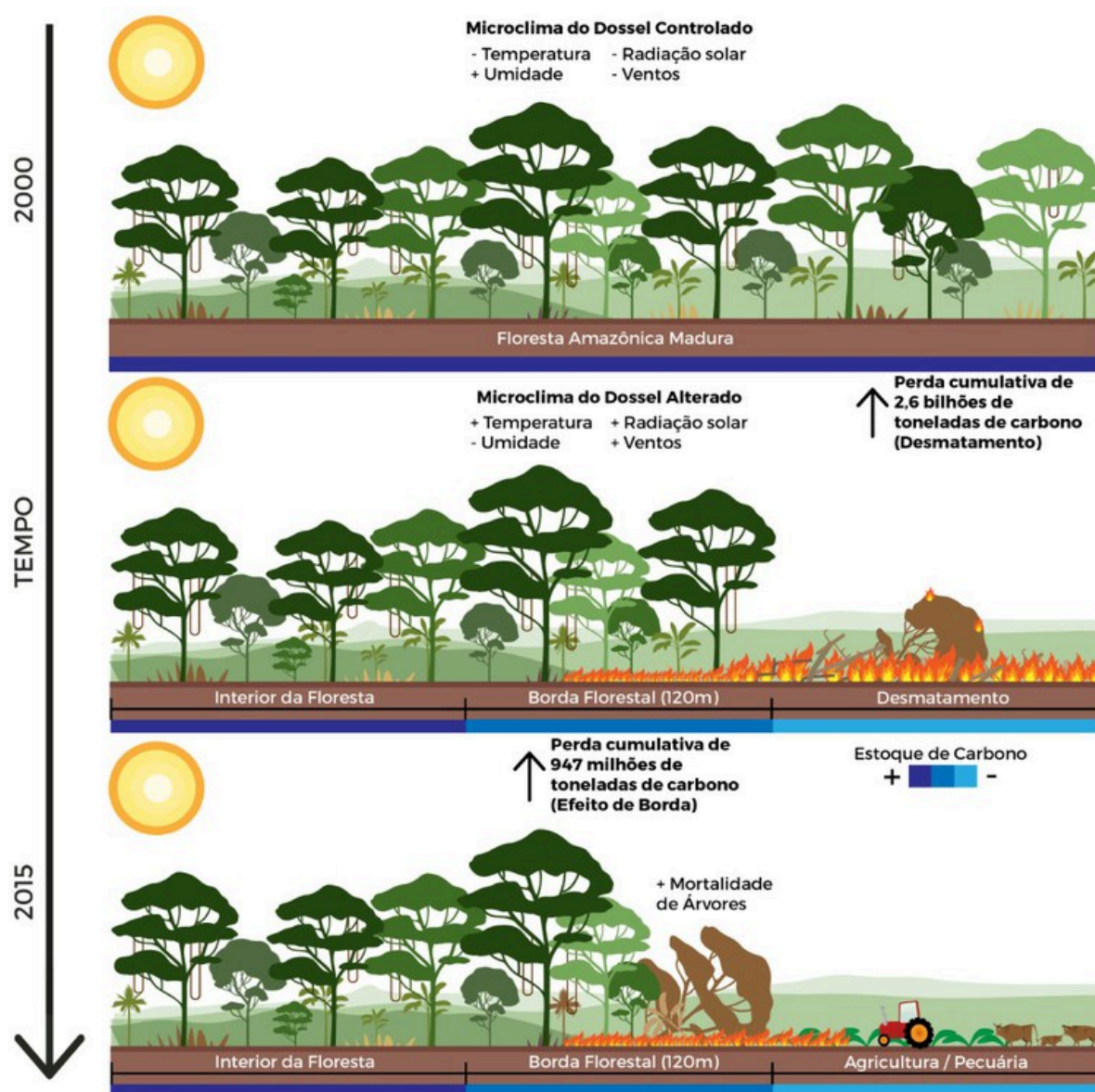
⁴ “antropocêntrico”, relativo ao antropocentrismo, à teoria ou ideologia segundo a qual o ser humano é o centro do Universo, de tudo, estando cercado pelo restante das coisas.

⁵ “ecocêntrico” Uma perspectiva ecocêntrica reconhece que a natureza tem valor intrínseco, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.

suas produções. Há exemplos bem sucedidos, como as monoculturas de cacau e café, que aceitam plantio em conjunto com outras culturas, e causam o enriquecimento do solo com nutrientes e matéria orgânica, ao invés de danificá-lo.

Na Figura 9, vemos como o descumprimento do código florestal impacta as bordas de proteção e comprometem a manutenção da floresta como um todo.

FIGURA 9: Microclima de Dossel Controlado e alterado e Efeito de Borda

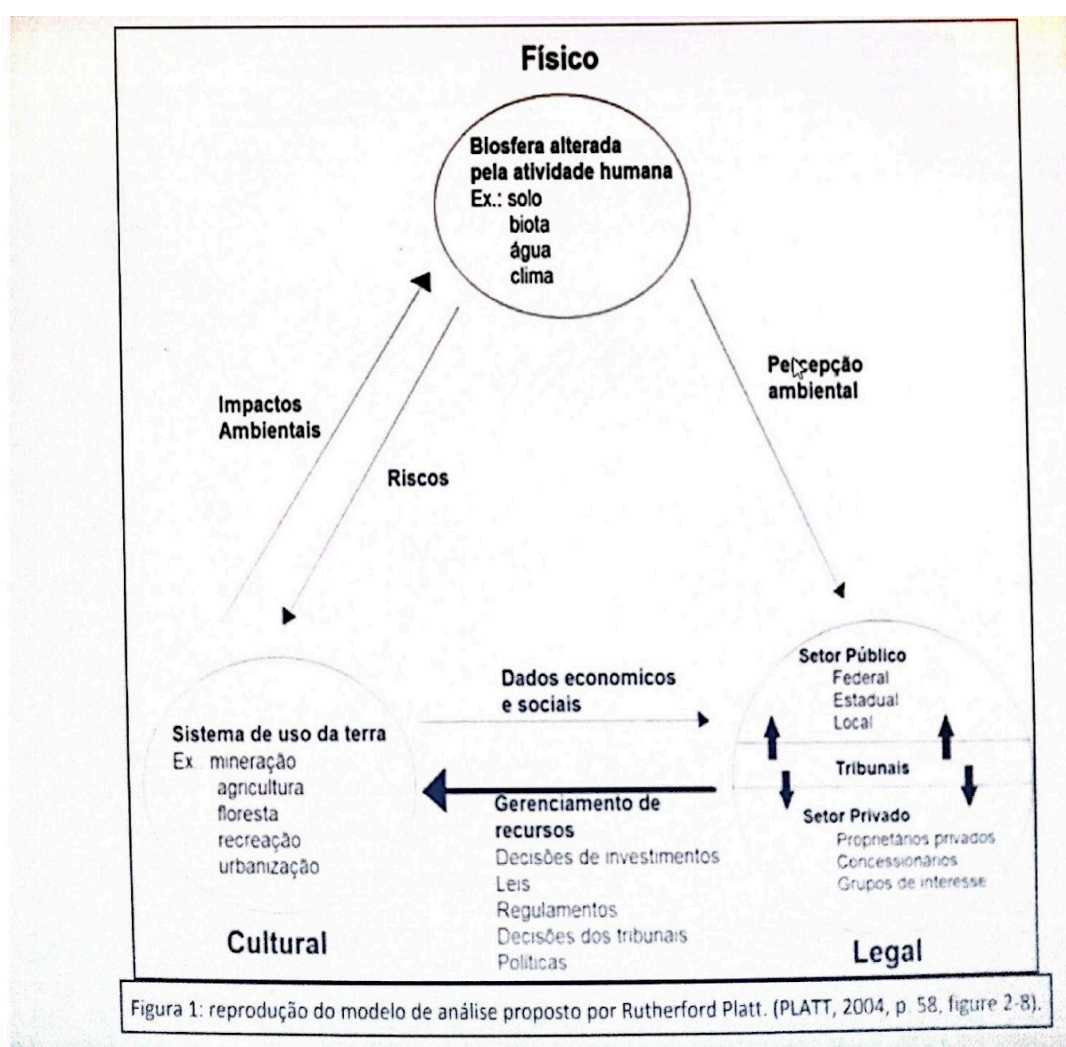


Fonte: Ascom/Cemaden

A natureza não pode ser vista como inimiga do progresso, mas aliada no desenvolvimento de qualquer país. Sem falar na regulação da temperatura, feita

sem custo algum por ela. As citações dos efeitos devastadores das ações ilegais, que se resumem a explicar o problema de forma descritiva em livros didáticos, tendem a nos fazer acreditar que ao nos mantermos longe desses lugares a natureza vai se recuperar e o ambiente vai propiciar a sua auto-regulação, sem atacarmos diretamente as raízes mais profundas do problema. Não é apenas não desmatar, essas áreas precisam ser recuperadas, e mesmo nos confins do Brasil longe do nosso olhar, a lei precisa e deve ser cumprida.

FIGURA 10: Reprodução do modelo de análise proposto por Rutherford Platt



Fonte: Platt (2004, p. 58)

A Figura 10 mostra um esquema idealizado por PLATT(2004), o balanço entre os direitos privados e os públicos em relação à terra. Na medida em que os direitos

públicos, anulam os direitos privados absolutos, em nome do interesse comum, questões como federalismo e competência passam a tomar a pauta. Ou seja, instrumentos jurídicos são utilizados de maneira a garantir o interesse do governo. Porém se essa gestão estiver corrompida, como pode ser garantido o direito privado individual? E o interesse público como fica?

O projeto legal ocidental é subscrito por um esquecimento organizado de tais espaços, dado que a diversidade espacial pode afetar os princípios fundamentais, como o Estado de Direito (rule of law) e a racionalidade legal (legal rationality) (Blomley, 2003, p.25).

O autor teoriza aqui sobre o apagamento que acontece de comunidades tradicionais e multiculturalismos ao redor do planeta que “geointerferem” regiões e que são empecilhos à garantia do direito que enxerga o território de maneira generalista. E mostra as suas tendências ao silenciamento e apagamento de minorias, em nome de uma unidade e de uma legalidade que uniformize e garanta a estabilidade jurídica.

Professores no ensino de Geografia devem demonstrar as implicações do direito sobre todo o processo, e conseguir traduzir leis e conceitos complexos para os alunos. Trazendo o Estado de direito para o centro das discussões. Universidades e Ongs precisam ter um canal de conexão aberto com as escolas para exemplificar os desafios que enfrentam, e capacitar professores a conseguirem traduzir para linguagem escolar esses embates sem “juridiquês”. Quanto mais clara a informação chegar à sociedade, mais pessoas poderão participar e opinar sobre os debates. Um bom exemplo vem sendo dado pelo Instituto Socioambiental, Organização não governamental que documenta e informa sobre as lutas jurídicas enfrentadas por indígenas por todo o Brasil. A exemplo do retorno do povo Panará ao seu local de origem, após terem sido removidos para a construção de uma rodovia.

De certo uma sociedade que enfrenta severa polarização, terá uma enorme resistência em abordar assuntos espinhosos ligados ao Direito. Mas evitar o assunto parece mais prejudicial à garantia de direitos. Ninguém discute sobre o que não está interessado. E fomentar o debate precisa ser parte do ensino de Geografia. O fomento à formação de alunos com pensamento crítico, precisa ser uma das

atribuições dos professores. Ao inseri-los nesse tipo de disputa, eles poderão entender melhor como funcionam as disputas territoriais.

E quem poderá definir como a terra e os recursos naturais podem ser utilizados. Como as leis são propostas para a melhoria da vida da população e como movimentos de participação social conseguem converter as necessidades das comunidades em garantia de direitos. Além da percepção enfática de que grupos sociais vulneráveis, têm direito a um uso específico do espaço em que vivem e que o Estado não os privilegia por isso.

5.2.1 Reflexões sobre o direito à universidade e como a mobilização social vem mudando esses espaços

Outro caso emblemático da modificação do espaço pelo direito é o da lei de cotas raciais (Lei 12.711/12), essa reserva vagas a estudantes de escolas públicas em universidades federais, por quesitos raciais e de renda. E representa um marco na luta por direitos sociais, negados as populações mais vulneráveis por séculos. A luta por igualdade no acesso ao ensino, vem transformando o perfil dos profissionais em campos de construção, consultórios e cátedras por todo o Brasil. Os alunos que estão sendo formados por instituições de ensino superior públicas agora tem um outro perfil. Mais próximo da realidade nacional, o que requer a mudança do espaço urbano para o acolhimento, nesses espaços que anteriormente não eram pensados para uma população de baixa renda, por exemplo. Um caso efetivo da importância da luta pelo reconhecimento de direitos e de como estes efeitos repercutem na vida cotidiana e na transformação do espaço geográfico.

Anteriormente “Ilhas de privilégio”, as universidades públicas brasileiras eram majoritariamente ocupadas por estudantes brancos de classe média e classe média alta. Um ambiente excludente e que não estava preparado para receber a classe trabalhadora no seu interior. Geralmente distante dos centros urbanos, os campus careciam de transporte público. Tornando inviável a presença de qualquer aluno que não possuíssem meios próprios de locomoção, ou como no caso de São Paulo, em que a Usp se localiza numa área central, e nobre. Enquanto os seus alunos de baixa renda moram em bairros periféricos e distantes.

A baixa presença de estudantes negros e de baixa renda reforçava a imagem de que a universidade era um espaço elitizado e que estava desconectada e distante da realidade das regiões periféricas. Com o surgimento das cotas o espaço geográfico começou a ser transformado, o aumento de alunos negros e de baixa renda foi considerável. Segundo dados do INEP(Instituto Anísio Teixeira), houve um aumento de 167% no número de alunos no ensino público superior federal. Saltando de 40.661 alunos em 2012, para 108.616 em 2022. O acesso de um número maior de estudantes a centros acadêmicos mexeu com a logística das cidades que tiveram que se adaptar a um novo fluxo de pessoas. Os impactos, por exemplo, são sentidos em Belo Horizonte-MG, em que estudantes precisam se locomover de toda a região metropolitana até o centro para terem acesso à UFMG, que fica na Pampulha.

Mesmo com a ampliação do transporte, ainda assim a locomoção exclui os estudantes da vida no campus. Ter transporte não significa exatamente que os alunos poderão se locomover até a universidade. Aumento nos valores cobrados podem também prejudicar os estudantes. Uma solução para esse problema vem sendo testada em São Paulo e no Rio de Janeiro. A criação de extensões da faculdade em bairros mais distantes. A UFRJ agora possui um campus na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias. A unidade Professor Geraldo Cidade, que desconcentra espacialmente o ensino e resulta numa melhor qualidade de vida para os estudantes que agora tem o seu tempo de locomoção reduzido.

O surgimento de espaços de convivência também mudou a dinâmica das universidades que agora possuem espaços de resistência e valorização da existência periférica no campus. Coletivos como o Coletivo Negro (UFMG) tentam aproximar e acolher os alunos calouros e tentar quebrar esse paradigma elitista que permeia o ambiente acadêmico. A pressão por alojamentos é um outro reflexo da exigência do direito dos estudantes aos espaços universitários. Ainda há muito a ser feito nesse quesito. Porém é uma solução plausível para resolver o distanciamento entre os alunos e o direito à educação.

A proximidade dos graduandos antes excluídos da vida acadêmica causa até hoje tensões. Algumas pessoas ainda enxergam as cotas como um direito usurpado. Ou como uma regalia, criada para favorecer alguns estudantes em

detrimento de outros. Mas a falta de estrutura dos câmpus continuam sendo um desafio para estudantes de baixa renda. Falta de infraestrutura, de laboratórios e bibliotecas repetem as desigualdades que existem fora da universidade. Revelando a importância da criação das cotas. E além disso a necessidade de mais ações afirmativas que auxiliem aqueles que pretendam cursar um nível superior. Uma transformação espacial relevante aconteceu em Salvador-BA, quando os estudantes da UFBA começaram a constituir repúblicas no centro da cidade, antes abandonado, e trouxeram uma nova funcionalidade para o espaço. Tudo isso foi possível por meio da implementação da Lei de cotas. A recuperação do espaço antes degradado trouxe novas possibilidades para a região, que pode agora contar com lanchonetes e novas lojas.

Com a gentrificação⁶ do centro da cidade os bairros nobres se mudaram para outras áreas do município e esse vácuo de moradia e de uso do espaço, pode ser ocupado pelos estudantes e pelos eventos que eles realizam. Ao modificar a demografia das universidades, a Lei de Cotas redefiniu a Geografia urbana e desafiou as hierarquias espaciais preexistentes antes frequentados apenas pelas elites, hoje esses espaços são território de enfrentamento na busca pelo direito de estudantes periféricos à educação. É de grande importância que os alunos de escolas públicas saibam por meio dos seus professores que eles também podem ocupar esse lugar. E que essas vagas têm o poder de ressignificar toda a sociedade. As cotas provam que uma política de inclusão são essenciais para a redefinição de um sistema de valores. E que sim, todos devem ter direito a esse espaço e conseguir usufruir daquilo que foi constituído com esse fim.

Ensinar noções básicas da Constituição dentro da disciplina geográfica, não é sobre decorar artigos e mostrar aos alunos o que está posto perante a sociedade como algo imutável. Mas mostrar aos alunos que a sociedade é um organismo mutável e que carece de mobilização social para efetivar as suas melhorias. Cidadãos que consigam questionar a sua existência dentro do sistema, são o real motivo de interesse de uma Pedagogia Histórico-Crítica.

⁶ Gentrificação é um processo de transformação de áreas urbanas, geralmente bairros de baixa renda, onde ocorre um aumento do custo de vida devido a investimentos e melhorias na infraestrutura. Isso leva à valorização imobiliária e à mudança de moradores de baixa renda por outros com maior poder aquisitivo, resultando em segregação socioespacial.

Refletir sobre os seus direitos e sobre o direito dos outros de maneira crítica, mostra como é necessário o investimento massivo em formar cidadãos pensantes. Que consigam perceber que a Geografia não é neutra. E que as mudanças são realizadas por agentes e não pelo acaso. E que a compreensão das leis de forma crítica, podem ser realmente ferramentas de uma verdadeira transformação.

CAPÍTULO 6

A ECONOMIA, OS SISTEMAS ECONÔMICOS, GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADES

A análise geográfica das relações entre a sociedade e o espaço, passam fundamentalmente pelos sistemas econômicos. Pela globalização e pelas desigualdades. Todos esses processos moldam o território com bastante força. Uma vez que as dinâmicas financeiras regem essencialmente a vida cotidiana, e a economia interliga todos esses processos. As ferramentas críticas essenciais para analisar a distribuição de recursos e os impactos socioambientais do capitalismo, são de maneira majoritária apresentadas aos alunos pela Geografia.

6.1 MUNDO GLOBALIZADO, CADEIAS DE PRODUÇÃO E A SUA REAL EXTENSÃO

A distribuição, produção e consumo de todos os produtos gerados por uma sociedade tem relação com o espaço geográfico em que estes são produzidos. O capitalismo prioriza os lucros, a propriedade privada e o mercado livre. O que faz com que grandes cidades se tornem pólos financeiros (ex:Tóquio, Londres, Nova York, São Paulo), enquanto isso as áreas rurais no seu entorno se transformaram em cadeias globais de commodities fornecendo alimentos e matérias primas para suprir estas cadeias de produção. Para a efetivação do lucro dessas cadeias uma infraestrutura básica é necessária. No Brasil o sudeste é agraciado com maior infraestrutura (ex:portos, aeroportos e estradas), isso atrai investimentos. A zona franca de Manaus por exemplo só se tornou possível pela implementação de um parque industrial, e isso aconteceu no meio da floresta Amazônica. Incentivos

fiscais levaram fábricas para a região. O que mostra que sem a vontade estatal, e os investimentos necessários, não existiria a Zona Franca de Manaus.

A regulação do mercado pelo estado se mostra um modelo interessante de governança. Países nórdicos, que fazem investimentos em Welfare, e incentivam o transporte público, e políticas de habitação, vêem os resultados dessa intervenção retornarem em forma de qualidade de vida. Na Noruega, por exemplo, o dinheiro da renda do petróleo é reinvestido pelo fundo soberano da Noruega para agilizar o desenvolvimento de áreas remotas e pouco desenvolvidas.

Sem uma distribuição de renda justa, aprofundam-se as desigualdades já existentes, estaríamos então transformando a Geografia em uma Geografia da injustiça. Algumas áreas têm um Produto Interno Bruto considerável enquanto outras sofrem com todo o tipo de mazelas. É preciso dar ciência ao estudante que o processo que agrega valor ao produto é o que faz com que grandes economias tenham a hegemonia garantida. Quando se compara o território em tamanho da Itália (302.073 km²), por exemplo, ao do Maranhão (331.983 km²), que tem basicamente o mesmo tamanho. Fica aparente como a desigualdade é fruto das ações humanas.

Enquanto o PIB italiano gira em torno de U\$2.200 bilhões (2024), o maranhense gira em torno de U\$20 bilhões (2024). A força das marcas italianas concentra a renda no território italiano; Gucci, Prada, e Ferrari tem lojas ao redor do mundo e se utilizam de commodities, como o couro produzidos nas fazendas do Maranhão para fabricarem os seus produtos, mas elas concentram toda a mais valia adicionada a esse produto. Para o fornecedor da Commodity, o Estado do Maranhão, sobra área desmatada, conflitos por terra e a pobreza gerada por esses processos.

Então “cai por terra” todo o discurso de que as terras indígenas precisam ser produtivas de alguma forma. De que as comunidades tradicionais apenas ocupam espaço na paisagem. De que deveriam dar espaço às pastagens e ao “progresso”. E todas as justificativas utilizadas para a exploração sem regras do território nacional. Desmatamento de grandes espaços e pecuária extensiva não geram riqueza. Pelo menos não para a população que vive próxima dessas atividades, então porque

continuar insistindo nessa ideia? Quanto de espaço é realmente necessário para que a riqueza seja produzida? Vamos ter que ocupar quanto ainda do Brasil pra saciar os interesses do capital?

O pensamento histórico-crítico convida à reflexão mais profunda dessas questões. Vale mesmo a pena a perda de tanta biodiversidade para que um carro de luxo tenha um banco de couro? Ou que uma socialite tenha um acessório caro feito com uma pedra preciosa? Suscitar criticamente essas questões põem em xeque, não apenas a maneira como conduzimos a economia, mas toda a lógica exploratória do capitalismo. Mas o desconhecimento da biodiversidade, ou a dificuldade em se conectar com uma realidade tão distante quanto a maranhense faz com que não levemos em conta quando um conflito acontece nos limites da Terra Indígena Araribóia, por exemplo. Isso faz com que narrativas contrárias à existência dos indígenas como povo, e a sua integração com os demais, tomem força. É preciso que fique bem claro que existem interesses econômicos a moldar e tentar definir como o espaço deve ser usado. E que corporações que querem manter as suas cadeias de produção sempre funcionando, precisam ir cada vez mais longe e cada vez mais dentro do território em busca de matéria prima para gerar o seu lucro.

Mas a que custo? Quem deve definir como usar o espaço? Essas corporações ou as comunidades que sempre ocuparam esse espaço? As áreas que estão em risco precisam de uma maior atenção em sala de aula, e os alunos precisam saber exatamente o que está em risco. Um mapeamento detalhado dessas situações, pode ser uma boa forma de mostrar efetivamente quem são esses desmatadores e o que realmente está sendo consumido pelas chamas. Para além de uma atividade descritiva, onde apenas vamos constatar que está acontecendo um processo de devastação do meio ambiente. Os políticos que estão financiando isso, e as comunidades que estão sendo afetadas precisam estar no foco do debate em sala de aula. E não há nenhum problema em expor nomes, até porque os votos e propostas no congresso são públicos.

A formação de cidadãos críticos passa pelo reconhecimento do próprio território e dos processos que o modificam. Como defender a manutenção de uma

Terra Indígena se não existe a noção de que aquele espaço é uma terra pública? A Geografia não se limita a descrever montanhas e rios, mas a discutir os processos espaciais que transformam o território. Ao estudar as desigualdades econômicas das regiões com uma perspectiva crítica, vemos que a pobreza não é algo natural de uma região. Mas resultados das escolhas políticas e econômicas. Carlos (2011) defende que o espaço é uma realidade que se constitui ao longo da história como “condição, meio e produto da reprodução social”.

Espaço e sociedade mantêm uma relação intrínseca, na qual a produção das condições de existência da humanidade conduz à produção de um espaço necessário à sua materialização. Entender essa dinâmica é o primeiro passo para a construção de um mundo mais justo, e onde o espaço não seja um privilégio para poucos. Ciclos econômicos como o da borracha (século XIX), não beneficiaram as pessoas que foram morar nos locais mais isolados da Amazônia, como no Acre e em Rondônia. Mas com certeza garantiram pneus de qualidade em carros na Europa e nos EUA, e fortaleceram as marcas de carro como “Brands de sucesso”.

A mudança do espaço foi a única coisa que sobrou desse ciclo. O governo Federal abriu estradas e induziu o povoamento desse espaço. Mas no fim, a riqueza gerada não beneficiou efetivamente a região. Além disso, os conflitos gerados pela pressão exercida na mudança desses ciclos, leva a violência desenfreada. A mesma violência que vitimou Xico Mendes, no passado, agora também causa a morte de Bruno Pereira e Dom Phillips⁷ em 2022. Essa vontade predatória de garantir o lucro acima de qualquer coisa e de sobrepor o direito privado ao interesse público.

Em 2023, 20% da floresta já teria sido devastada, segundo dados do INPE, somente neste ano 9.000km² teriam sido perdidos. Além da perda de espécies endêmicas. O colapso de sistemas de polinização e regulação hídrica tem feito com que o bioma sofra com catástrofes. Como a seca histórica que ocorreu em 2023, as consequências desses fenômenos foram sentidas pelos moradores por toda a bacia do rio Amazonas, mas é impossível mensurar o real impacto de um fenômeno tão

⁷ O duplo homicídio do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, ocorrido em 5 de junho de 2022, nas proximidades da terra indígena Vale do Javari, circunscrição de Atalaia do Norte (AM). A investigação confirmou que os assassinatos foram em decorrência das atividades fiscalizatórias promovidas por Bruno Pereira na região. A vítima atuava em defesa da preservação ambiental e na garantia dos direitos indígenas.

complexo. Algumas espécies podem ter entrado em extinção, mas e a compensação por essas atividades econômicas predatórias? Os produtos dessas devastações, como carros de luxo e itens de grife, sequer estão disponíveis para compra nos confins da floresta. Se limitando a existir apenas em grandes centros urbanos (Rio de Janeiro e São Paulo).

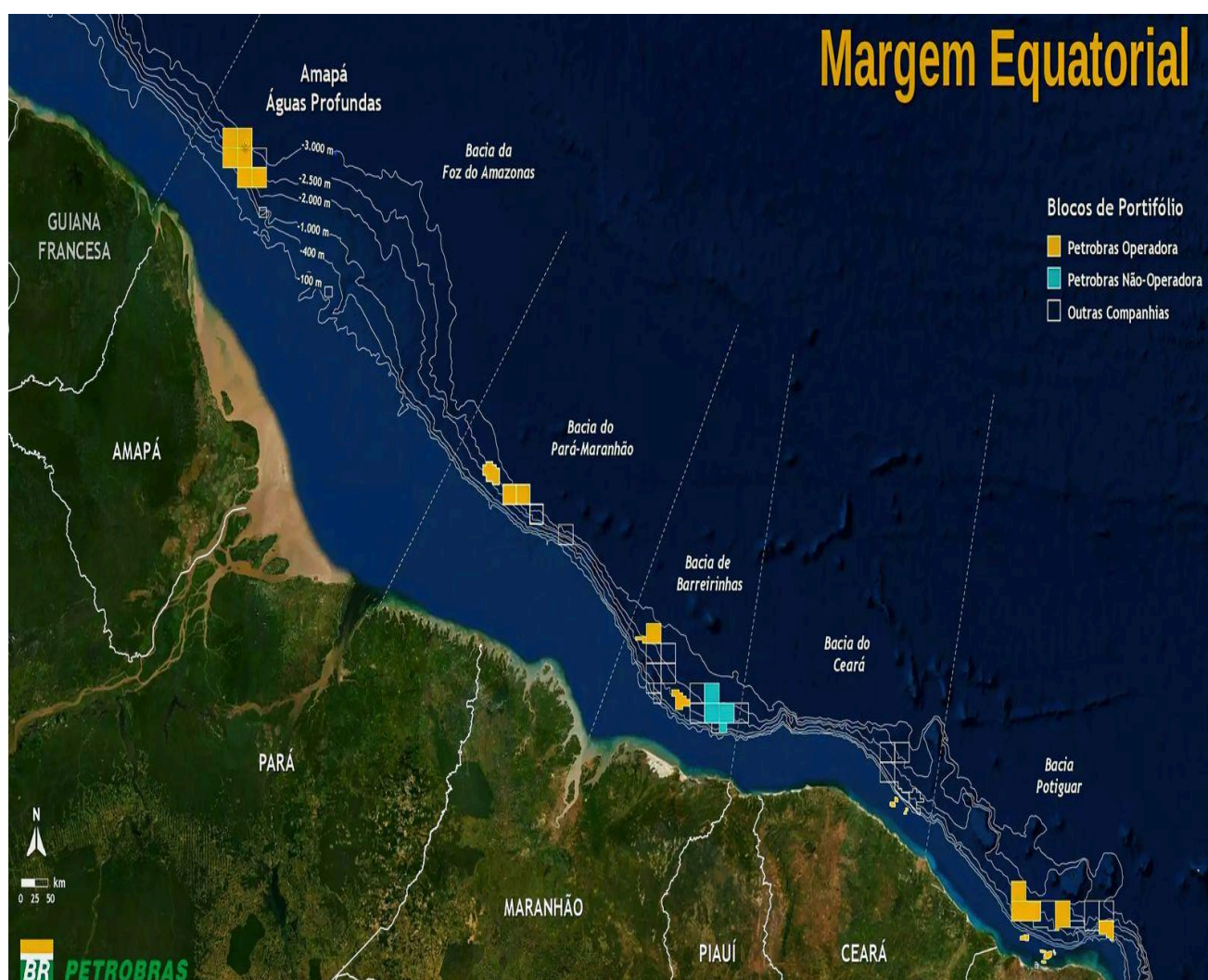
6.1.1 Inatividade ou sustentabilidade?

Os rótulos equivocados dados à Amazônia como captadora de CO₂, e mantenedora da biodiversidade, só corroboram para narrativas políticas de conservação “inerte”, e de “desmatamento zero”. Como as apresentadas no governo Lula. O que gera revolta e contrapontos como a flexibilização vista no governo Bolsonaro. Essas oscilações extremas não consideram os pormenores de toda a região e apenas simplificam o discurso de maneira a angariar votos para a próxima eleição. Não existe um interesse em realmente se debruçar sobre as questões, e em entender as dinâmicas que estão acontecendo nesses espaços. Em punir os culpados por essas ações predatórias, o que se percebe com o passar dos anos é um aumento da fragilidade institucional.

Órgãos como o IBAMA e o ICMBio sofrem há anos com a redução dos seus orçamentos, o que inviabiliza ações de combate ao desmatamento. Recentemente a exploração da Margem Equatorial tem tomado conta do discurso. O IBAMA, por exemplo não recomenda a perfuração de poços de petróleo na foz do rio Amazonas. Porém a PETROBRAS continua pressionando o governo a explorar esse recurso na região. A inércia do governo, ajuda os interesses nesse sentido. Mesmo após um laudo técnico, de um órgão respeitável como o IBAMA não recomendar essa atividade econômica. No entanto, a estatal petroleira continua suas atividades no intuito de realizar as perfurações mesmo sem o licenciamento necessário. Então o que está sendo discutido na sociedade e nas escolas sobre esse assunto? A foz do rio Amazonas possui um ecossistema próprio, só que essa biodiversidade faz parte do dia a dia das pessoas que moram na região, ou seja, se você não mora na foz do rio Amazonas vai ter que se contentar com a narrativa que for criada pelas empresas que vão realizar as atividades econômicas nesta região, e pela mídia. A empresa, mesmo que comprometida com as causas ambientais e os impactos causados pelas suas atividades, tem como prioridade, obviamente, o lucro.

Temos projetos para monitorar e atender à fauna, gerenciar resíduos, acompanhar e controlar efluentes. Também contamos com ações de comunicação social e de educação ambiental dos nossos profissionais, ações de proteção da biodiversidade, entre outras. Em caso de emergências, estamos preparados para uma resposta rápida: contamos com uma estrutura com equipamentos de última geração para o controle do poço e a coleta do óleo. Além disso, temos embarcações especializadas, barreiras oceânicas para contenção e coleta do óleo e equipes treinadas para lidar com essas situações. Já os simulados são realizados regularmente para testar a nossa estrutura de resposta e continuar aperfeiçoando os nossos processos. PETROBRÁS, 2025

FIGURA 11: Margem Equatorial



Fonte: Petrobrás

FIGURA 12: Margem Equatorial, Plano de resposta à emergência e proteção à fauna



Fonte: Petrobrás

Mas será mesmo que as ações de reparação prometidas pela Petrobrás são capazes de reduzir os impactos sobre essa região? O óleo derramado vai mesmo ser completamente retirado de uma região de manguezais, onde parte do solo não fica aparente? Algumas instituições têm feito um trabalho interessante e que poderia ser adicionado aos materiais didáticos oficiais, transformando a mera simplificação em algo palpável e discutível. Como é o caso do projeto ArvoreAgua, que explica de maneira bastante lúdica problemas complexos, e demonstra bem como a Geografia requer além da simples descrição do problema, uma interpretação mais profunda das diferentes situações e realidades.

FIGURA 13: Margem Equatorial, Manguezais da foz do Amazonas



Fonte: ArvoreAgua

O site inclui informações novas que problematizam as questões ambientais e sociológicas da exploração para além do discurso da rentabilidade, criando um novo panorama sobre o assunto que perpassa a superfície da questão. Não que as regiões amazônicas não possam explorar os seus recursos, mas é a necessidade do debate a questão principal. A valorização de produtos produzidos pela própria floresta e o investimento em pesquisa, fomentariam a economia da região de maneira sustentável.

Mas assim como o IBAMA fez um levantamento técnico sobre a Margem Equatorial e percebeu a inviabilidade do projeto. Se produtores rurais quiserem

investir em áreas de biodiversidade rica como a amazônica, precisam entender que toda atividade econômica está sujeita a regulação.

As Terras Indígenas na Amazônia por exemplo são 28% do bioma, e as taxas de desmatamento nessas áreas são bem menores comparadas ao seu entorno. O fortalecimento das lideranças indígenas explica a taxa reduzida, o cacique Raoni Metuktire por exemplo, lidera a Terra indígena Capoto/Jarinã, recentemente conseguiu o reconhecimento de uma Terra indígena nas adjacências, a Terra Indígena Kapot Nhinore. O Parque Indígena do Xingu teria uma área dez vezes maior no projeto de criação ,porém os governos militares reduziram o projeto, e todo o espaço ao redor do parque tem sofrido uma pressão gigantesca do agronegócio, que já quase o “fagocita”.

O combate a essas invasões acontece com o uso de satélites e inteligência artificial, que tem ajudado no combate a crimes ambientais. Outra arma necessária, é o rastreamento da produção de carne, a cadeia produtiva precisa se provar sustentável, para realmente fazer algum sentido.

A Lei Anti Desmatamento da União Europeia de 2003, é um bom mecanismo, mas se é distante para o brasileiro comum entender a dimensão do problema, para conseguir cobrar as autoridades. Mais distante ainda estão os europeus dos nossos problemas. A corrupção e a grilagem de terras ignoram todo e qualquer tratado feitos pelo Governo Federal, inclusive por vezes políticos são vistos dentro do plenário defendendo garimpeiros e madeireiros. A extração de matérias-primas faz parte da economia dos estados, em alguns é até parte considerável da economia. No Pará, por exemplo, a mineração é responsável por 86% do PIB.

6.2.1 Fomento ao consumo de produtos nacionais e ao surgimento de novas possibilidades

É fundamental combater desigualdades sociais e ambientais, e empoderar as comunidades que vivem em zonas de exploração, e que estão suscetíveis às pressões exercidas pelo capitalismo. Para que tenham discernimento para pensar em como manejar o seu território. E que entre preservar ou desenvolver, a escolha seja pela harmonia. Todas as problematizações entre o consumo e as suas consequências fazem parte do pensamento crítico, que se espera que o “ser crítico”

desenvolva. Recursos podem sim ser explorados, mas há maneiras corretas e mais produtivas de se atingir esse objetivo.

As castanhas nacionais, a castanha de caju e a castanha-do-pará são alguns dos ingredientes que merecem atenção e que ajudam na manutenção de biomas além de manter as comunidades de maneira sustentável. O “boom” do açaí, que levou desenvolvimento e garantia de renda para algumas comunidades que apostaram no plantio do fruto. Esse incentivo governamental passa por campanhas de divulgação, todos saem ganhando com esse processo.

Apesar da vasta biodiversidade brasileira, poucas frutas nativas chegam à mesa por conta do foco em monocultura. Espécies como umbu, buriti, mangaba, pitomba e feijoa, são desconhecidas da maioria dos brasileiros mas fazem parte do cardápio das regiões onde são comumente encontradas. Por que não incentivar o seu consumo e a criação de produtos derivados desses sabores nacionais?

Ao consumirmos esses produtos estamos incentivando economias locais e a economia brasileira como um todo. Seria interessante a discussão explícita e aprofundada sobre macroeconomia e microeconomia na escola, e que os alunos pudessem perceber a sua participação dentro desses sistemas. Como que, ao comprarem no comércio local, estão ajudando os pequenos negócios e por consequência a si mesmos. E como a preferência por produtos e marcas estrangeiras ajuda na manutenção da hegemonia do capital destas, e sua consequente influência sobre governos e sociedades.

O pensamento crítico leva a uma melhor compreensão da Geografia econômica, o que permite investimentos financeiros mais eficientes, compreensão mais profunda de conceitos econômicos, e evita falácias e golpes que surgem a todo instante, além da desconstrução de mitos sobre livre mercado e meritocracia. A economia já está inserida de maneira descritiva dentro da Geografia. A questão central desse trabalho é fomentar maneiras, sejam teóricas ou práticas, mais eficientes de instigar um pensamento questionador. Maneiras que emancipem o estudante e o façam perceber a sua realidade econômica, e que o resultado seja uma melhor compreensão a partir da sua vivência. Seja na busca por melhores salários na vida

adulta, seja na obtenção de direitos trabalhistas, ou até na abertura de um negócio próprio. E quem sabe provocar o debate sobre questões ainda mais profundas como justiça tributária e o combate a monopólios, oligarquias e acúmulo de riquezas.

CAPÍTULO 7

REFLEXÕES ACERCA DE EXPERIÊNCIAS EM ESCOLAS PÚBLICAS E O PENSAMENTO CRÍTICO

Duas experiências foram muito importantes para a escolha do tema da Pedagogia Histórico Crítica para este trabalho, durante a realização dos estágios da licenciatura me foram apresentadas duas realidades dicotômicas. Uma em que os estudantes se sentem completamente desmotivados e incapazes de questionar o ambiente em que vivem e outra onde os alunos são ouvidos e incentivados a participarem da busca por melhoria social desde muito cedo.

7.1 VINHEDO, O “PRINCIPADO”

Durante o segundo semestre de 2024, como parte da disciplina Metodologia do Ensino de Geografia II (EDM0422), realizei estágios voltados à Geografia. A primeira experiência foi em Vinhedo-SP, município com um dos maiores IDHs do Brasil, 0,817, conforme os dados do Censo Demográfico de 2013, e são comemorados pela Prefeitura Municipal em sua página oficial:

Vinhedo foi destaque em alguns índices, como por exemplo, na educação. Mais de 95% das crianças, na faixa etária de 5 a 6 anos, em 2010, registravam-se como matriculadas em escolas. Este índice era de 90,52% em 2000. Em 2010, 89,81% das crianças de 11 a 13 anos frequentavam os anos finais do ensino fundamental (78% era o índice de 2000). Prefeitura Municipal de Vinhedo, 2025

Porém a escola escolhida, por pertencer à administração estadual e ser focada no ensino médio, tem uma estrutura antiga e a falta de incentivo aos docentes, expressa bem como é importante a promoção à educação em todas as etapas. Nesse momento crucial onde os estudantes estão se preparando para o mercado de trabalho, eu os questionava sobre as suas aspirações e possíveis carreiras. Apenas uma aluna entre todas as turmas já tinha em mente uma carreira a seguir, já trabalhava numa das empresas de logística da cidade, e pretendia

ingressar em faculdade de nível superior para cursar Tecnologia da Informação, requerida na empresa em que ela trabalhava.

A maioria dos alunos em contrapartida pretendia trabalhar no comércio local e não pretendia concluir um curso superior. E em alguns casos nem sabiam que era possível ingressar em uma instituição pública de ensino superior. O espaço era visto pelos estudantes ainda como necessário, mas não como um ambiente de transformação, estavam ali para conquistar um diploma de conclusão de curso.

Os alunos que frequentam a escola também são estigmatizados por serem moradores da região mais pobre da cidade que fica do outro lado da Rodovia Anhanguera. A região central da cidade de Vinhedo foi tomada nos últimos anos por condomínios que levaram moradores a procurarem alternativas mais baratas de moradia. Mudando-se para o bairro da Capela, a maioria destes alunos vivem lá e precisam se locomover até o centro para estudar, aproximadamente 5 km. Colégios particulares de renome como o Sant'Anna International School, e o colégio de Vinhedo, entre outros, tem a preferência entre os moradores da cidade. O alto poder aquisitivo faz com que as escolas públicas não recebam a mesma atenção das privadas, e deixa invisíveis os problemas enfrentados pelos alunos, de locomoção à falta de estrutura.

As dificuldades financeiras enfrentadas pelos alunos, e o fato de morarem no “Principado de Vinhedo”, apelido informal repetido à exaustão pelos próprios moradores do município, faz com que eles tenham que trabalhar enquanto estudam no Ensino Médio, e não foi difícil vê-los trabalhando no comércio local, sempre em funções de baixa remuneração, empacotadores, vendedores de loja, mecânicos. Não existe uma real intenção de mudar essa realidade vindo dos gestores e em uma localidade onde a meritocracia é incentivada, fica subentendido que cada um tem a possibilidade e a responsabilidade de mudar o seu destino.

Nesse caso, o pensamento crítico é completamente ignorado e provavelmente estes estudantes não alcançarão uma real melhoria de vida, pois nas palavras dos mesmos, eles não enxergam na escola uma ferramenta de mudança, para eles; a meritocracia, essa sim, garantiria sucesso aos seus merecedores. Afinal moram na 13ª melhor cidade do Brasil, então o sucesso pode ser atingido por qualquer um deles, basta tentar.

Nas aulas de Geografia que frequentei os assuntos eram abordados com a ajuda de slides, com aulas e assuntos “roteirizados”, sem espaço para discussão

entre professores e alunos. O que causava o desinteresse e era comum vê-los fotografando os slides, jamais questionando o conteúdo ou fazendo alguma anotação. Com a chegada dos slides, do Governo do Estado de São Paulo, os livros didáticos não eram mais vistos com os alunos, mas estavam empilhados em um dos cantos da sala. O professor tentava instigá-los com exercícios rotineiros e perguntas sobre industrialização e redes urbanas. Porém a quantidade excessiva de alunos por sala, e o curto espaço de tempo entre as aulas, faziam o professor perder muito tempo explicando o assunto, tentando estabelecer a ordem, passando os exercícios e voltando de outras turmas para corrigir exercícios passados nas aulas anteriores. Sem muita coesão sobre o que estava sendo reproduzido.

7.1.1 Alunos no gabinete do prefeito?

Para contrastar com esta experiência trago aqui outro breve relato de uma instituição que não só ensina os seus alunos a pensar criticamente, mas os incentiva a agir junto a comunidade, fazendo uma ligação direta entre teoria e prática, entre livros didáticos e a realidade. A experiência ocorreu em uma escola de ensino fundamental, da rede municipal de Jundiaí, que fica localizada na zona rural do município. A experiência aconteceu como parte do estágio em Didática (EDM0402), as visitas eram realizadas para atestar o processo sistemático que fez uma escola de ensino fundamental distante do centro da cidade de Jundiaí, ganhar prêmios e se destacar, orgulhando os moradores do bairro. O espaço não tem nenhum equipamento que o faça se destacar dos demais. Quadra, refeitório, biblioteca, todas as estruturas essenciais para uma escola. Mas é o método de ensino o real instrumento que a destaca das demais instituições. O currículo aplicado é o mesmo das demais escolas, porém há um esforço em fazer a ponte entre o conteúdo apresentado em sala e a vida cotidiana dos alunos. Vi na prática a aplicação da habilidade da BNCC, EF04GE11: Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas.

Os alunos são levados em aulas de campo pelo bairro e incentivados a apresentar soluções para os problemas cotidianos deles mesmos, são agentes diretos da mudança da sua própria realidade. Estas aulas *in loco* já renderam a reforma da Praça Espelho D'Água, que fica no bairro. Uma área que antes estava

degradada e que recebeu obras de melhoria após a requisição dos alunos. Esse dimensionamento espacial faz com que eles possam pensar de maneira crítica e imaginar melhorias para o escoamento de águas pluviais e sobre a melhor maneira de construir no bairro. Já que eles serão os futuros moradores, essa utilização do cotidiano dos próprios alunos como material de estudo, além do canal criado entre a comunidade e a prefeitura, tem trazido melhorias significativas para o bairro.

Ao voltarem para a sala de aula eles confeccionaram desenhos com soluções para acessibilidade ao parque. Os futuros planos de criação de uma passarela, já estavam sendo esboçados, o que encurtará o caminho entre a praça e a escola e acabará com a necessidade do fornecimento de um translado, via ônibus, pela prefeitura. Uma vez que a praça se encontra do outro lado da Rodovia Eng. Constâncio Cintra.

Parece de pouco impacto a melhoria em uma praça, mas a inserção de um pensamento crítico sobre a realidade dos alunos têm realizado mudanças efetivas no dia a dia de quem acessa o bairro, e já impacta as futuras turmas que serão recebidas pela escola, mostra também que a união efetiva entre teoria e prática têm a capacidade real de mudança. Os estudantes podem não saber o significado do termo Pedagogia Histórico-crítica, mas estão conseguindo perceber a instituição como uma ferramenta efetiva de mudança e melhoria do próprio cotidiano.

Essa forma de lecionar o conteúdo que vai além da descrição dos conceitos da Geografia, e mostra ao aluno que ele é um ser político, e que ele tem direitos, o ajuda a entender as complexidades em que está inserido e a enxergar para além da descrição do conteúdo. O transforma em agente de mudança e o incentiva a cobrar as melhorias junto a administração pública, dentro do gabinete do prefeito e sem atritos, com benefícios para a prefeitura que faz uma “propaganda” dos seus atos, e para a localidade e seus moradores, que junto com os filhos começa a perceber que também podem lutar por melhorias, já que crianças conseguiram isso.

7.2.1 Pedagogia histórico-crítica e a formação de um pensamento crítico

A Pedagogia histórico-crítica então reconhece na escola, campo fundamental da luta de classes e lugar de início de uma real revolução da classe trabalhadora, contra a classe hegemônica. Além de ser um local importante para a obtenção do conhecimento acumulado pela humanidade durante todos os períodos históricos. A

Pedagogia histórico-crítica, reconhece também a transmissão do conhecimento para a formação do gênero humano, e coloca o aluno na posição de busca ativa, na compreensão do mundo ao seu redor. Se o professor escolhe um desses processos perpetrados pelas classes dominantes (de preferência um próximo da realidade dos estudantes), e se aprofunda, baseado em dados. As cadeias de concentração de renda e poder se tornarão mais visíveis. Sejam eles o poder econômico, de empresas, monopólios e conglomerados, ou o poder político de bancadas e partidos, e a sua influência na formulação de leis e diretrizes que os beneficiam. No fim o aluno precisa ter clareza do objetivo a ser alcançado e a percepção de que essa luta é coletiva, e demanda a compreensão dos demais indivíduos, mesmo que parcial.

Com certeza a formação docente não inclui todas as áreas de conhecimento. Além disso, a falta de estrutura em várias escolas pelo nosso país, e a resistência de gestores escolares em lidar com temas controversos, são alguns dos obstáculos à formação do pensamento crítico. Mas a sociedade só tem a ganhar com a inclusão de seres capazes de decifrar os “códigos” que nos rodeiam. Mais que um acréscimo, a explicitação do Direito, da Política e da Economia, no ensino de Geografia de forma mais evidente, possibilita que as pessoas consigam perceber o sistema em que estão inseridas, e as suas constantes mudanças. E que a partir desse ponto, surjam novos direitos, novas políticas e uma nova economia, formulados pela classe trabalhadora, em benefício dela própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação de que o ensino de Geografia centrado na descrição dos fenômenos naturais e humanos não forma cidadãos críticos, e pelo contrário reforça um contexto de desinformação e discursos simplistas, levanta então a questão central do trabalho. A Geografia articulada à Economia, Direito e Política, poderia contribuir para uma análise espacial transformadora? A pesquisa demonstrou que essa integração é necessária para uma melhor compreensão das estruturas de poder e as desigualdades geradas por seus processos, que moldam o território, e que vão além da memorização de dados. A proposição de uma Geografia integrada a outras disciplinas, amplia a capacidade crítica dos estudantes, com a análise bibliográfica e documental, além das experiências vivenciadas em sala de aula. Aliás a omissão de discussões do tipo no ensino fragiliza o entendimento das dinâmicas socioespaciais, naturaliza desigualdades e perpetua narrativas que distorcem a realidade sobre desenvolvimento, direito e o território.

A Economia em síntese precisa discutir o modo de acumulação capitalista, as ocupações do espaço, e o acesso a recursos e oportunidades, o Direito precisa ser visto como instrumento de coerção, quando atende a interesses escusos, mas também como ferramenta de justiça social, quando repara injustiças. E a Política como espaço de disputas de poder, e essencial para a reconfiguração do território. A Geografia crítica alcança o seu objetivo nas instituições que propõem uma pedagogia emancipatória, e vinculam a realidade ao conhecimento, apontando para a interdisciplinaridade como um bom meio de questionar as desigualdades do cotidiano. O incentivo a busca de soluções pedagógicas críticas, a análise dos impactos da desinformação e a tentativa de engajar à participação os alunos em mapeamentos coletivos à procura de intervenções positivas no espaço, ficam com possibilidades na construção de um pensamento crítico. Não fornecendo verdades absolutas, a Geografia crítica ensina a questionar. Quem controla? Quem exclui? Quem sofre a exclusão? Há aqui o reforço à Geografia como disciplina emancipatória, como ciência do espaço, e essa emancipação transformadora se inicia na sala de aula

REFERÊNCIAS

BASILIO, Ana Luiza. Menos sociologia, filosofia e geografia: ciências humanas perdem 35% da carga horária no Ensino Médio de SP. Carta Capital, 2025 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/menos-sociologia-filosofia-e-geografia-ciencias-humanas-perdem-35-da-carga-horaria-no-ensino-medio-de-sp/>

BELLO, Luis. Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas. Agência de Notícias IBGE, 2024 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>. Acesso em 7 de junho de 2025.

BLOMLEY, N.(2003) From 'what' to 'só what': law and geography in retrospect. In: New York: Oxford University Press, 2003

BOLÍVIA. Ley N° 071 Ley de 21 de Diciembre de 2010, Ley de Derechos de la Madre Tierra. La Paz, LP, 2010 Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/uploads/marco-legal/Ley%20N%C2%B0%20071%20DERECHOS%20DE%20LA%20MADRE%20TIERRA.pdf>

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CAMPOS, E, LÁZARO, A, SILVA., B. Teláris essencial: Geografia 8ºano(2022).288 p. Edição 1. São Paulo, Editora Ática.2022

CARLOS, A. F. (2011). Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto.

CORDEIRO, Elisângela. RIBEIRO, Natália. Conselhos Nacionais de Saúde e de Direitos Humanos protocolam denúncia na PGR contra impunidade dos crimes na

pandemia da Covid-19. Conselho Nacional de Saude, 2024 Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/conselhos-na-cional-de-saude-e-o-de-direitos-humanos-protocolam-denuncia-na-pgr-contrainpunidade-dos-crimes-na-pandemia-da-covid-19>. Acesso em 14 de junho de 2025.

CORDEIRO, Hellen. Mobilidade urbana impacta na vida de universitários que residem na RMBH. TRANSITE, 2023 Disponível em: <https://transite.fafich.ufmg.br/mobilidade-urbana-impacta-na-vida-de-universitarios-que-residem-na-rmbh/>.

Acesso em 14 de junho de 2025.

CRAVO, Alice. Margem Equatorial: técnicos do Ibama recomendam negar autorização para Petrobras perfurar área. Decisão não é definitiva, 2025 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/02/27/margem-equatorial-tecnicos-do-ibama-recomendam-negar-autorizacao-para-petrobras-perfurar-area-decisao-nao-e-definitiva.ghtml>. Acesso em 7 de junho de 2025.

Dados econômicos e demográficos por país. Fundo Monetário Internacional, 2025 Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/paises/grupos/fmi>. Acesso em 7 de junho de 2025.

Degradation method. MapBiomas Brasil, 2025 Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/en/metodo-degradacao/>. Acesso em 14 de junho de 2025.

DELLORE, C. Araribá mais: geografia (7º Ano). São Paulo: Moderna, 2022. 308 p.

DUARTE, N (orgs.) Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas: Autores Associados, 2012, p. 59-85. SAVIANI, Dermeval;

DUARTE, N. Prefácio. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (orgs.) Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas: Autores Associados, 2012, p. 1- 11.

Esferas e Poderes. Portal da Transparência, 2025 Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/esferas-e-poderes>.

Acesso em 7 de junho de 2025.

FERREIRA, Cláudio. Atualização das bancadas dos estados na Câmara com base na população divide opiniões. Câmara dos Deputados, 2023 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/998566-atualizacao-das-bancadas-dos-estados-na-camara-com-base-na-populacao-divide-opinioes/>. Acesso em 14 de junho de 2025.

FREIRE, P. Política e educação. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FURTADO, C (1979) Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1979

GARCIA, V, GARCIA, W, MARTINEZ, R. Superação! Geografia 9º ano: São Paulo, Moderna, 1ª edição. Moderna, 2022. 372 p.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLDER, J. HARRISON, C. Law and geography: current legal issues. V.5. New York: Oxford University Press, 2003.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. PNUD, 2013 Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/indice-de-desenvolvimento-humano-municipal-brasileiro-2013>. Acesso em 7 de junho de 2025.

Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades. INEP, 2023 Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>. Acesso em 14 de junho de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. POF Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017-2018. 1. ed. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://abre.ai/pof-2017-2018>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 2024 (4º trimestre). 1. ed. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://abre.ai/pnad-2024>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). (2020-2023). Microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) [Conjunto de dados]. Brasília, DF: INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>.

Leia como votou cada partido e deputado no marco temporal. Poder 360, 2023 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/leia-como-votou-cada-partido-e-deputado-no-marco-temporal/>. Acesso em 14 de junho de 2025.

LO RE, Ítalo. Como alunos do 5º ano convenceram uma prefeitura no interior de SP a fazer um parque. Estadão, 2023 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/como-alunos-do-5-ano-convenceram-uma-prefeitura-no-interior-de-sp-a-fazer-um-parque/>

MENDES, Karla. Gado ilegal dispara na Terra Indígena Arariboia em ano mais letal para os Guajajara. INFOAMAZONIA, 2024 Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/06/19/gado-ilegal-dispara-na-terra-indigena-arariboia-em-ano-mais-letal-para-os-guajajara/>. Acesso em 14 de junho de 2025.

Mineração potencializa economia do Pará. IBRAM, 2011 Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/mineracao-potencializa-economia-do-para/>. Acesso em 7 de junho de 2025.

MULLER, Manfred Willy., CACAUEIRO E CAFEEIRO EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS ZONAIS NO ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/revista-agrotropica/artigos/2012-DOI-10.21757/0103-3816-2012v24n1p49-62.pdf>. 2012

ONU confirma: Vinhedo é a 13a melhor cidade do Brasil para viver. Prefeitura Municipal de Vinhedo, 2013 Disponível em: <https://www.vinhedo.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/8542/onu-confirma-vinhedo-e-a-13a-melhor-cidade-do-brasil-para-viver>. Acesso em 14 de junho de 2025.

PANARA, Perankô. JUNQUEIRA, Paulo. Povo Panará lança PGTA para garantir o futuro de seu território e de seus modos de vida. Instituto Socioambiental, 2025 Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/povo-panara-lanca-pgta-para-garantir-o-futuro-de-seu-territorio-e-de-seus>. Acesso em 14 de junho de 2025.

PINOTTI, Fernanda. Nikolas Ferreira veste peruca na Câmara e diz: “Mulheres estão perdendo espaço para homens que se sentem mulheres”.CNN Brasil, 2023 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-ferreira-veste-peruca-na-camara-e-diz-mulheres-estao-perdendo-espaco-para-homens-que-se-sentem-mulheres/>. Acesso em 14 de junho de 2025.

PIRES, Suélen. MELO, Allan Diego. STF determina que Congresso assegure a indígenas participação em resultados de hidrelétricas em suas terras. Supremo Tribunal Federal, 2025 Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-determina-que-congresso-assegure-a-indigenas-participacao-em-resultados-de-hidreletricas-em-suas-terras/>. Acesso em 14 de junho de 2025.

Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Ministério das Cidades, 2025 Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab/plansab#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Saneamento,revisado%20a%20cada%20quatro%20anos>. Acesso em 14 de junho de 2025.

PLATT, R. H. Land use and society: geography, law and public policy. Washington: Island Press, 2004.

Produto Interno Bruto - PIB . IBGE, 2025 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 14 de junho de 2025.

RELATÓRIO DE RESULTADOS DO SAEB 2021 – VOLUME 3 AVALIAÇÃO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E CIÊNCIAS HUMANAS NO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. INEP, 2024 Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2021/resultados/relatorio_de_resultados_do_saeb_2021_volume_3.pdf. Acesso em 7 de junho de 2025.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. _____. Pedagogia Histórico-Crítica primeiras aproximações. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2013. SAVIANI, Dermeval. Marxismo, Educação e Pedagogia. In: SAVIANI, D.;

SOARES, Mariana. Funai reconhece Terra Indígena Kapôt Nhinore, onde o cacique Raoni Metuktire passou a juventude. Instituto Socioambiental, 2023 Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/funai-reconhece-terra-indigena-kapot-nhinore-onde-o-cacique-raoni>. Acesso em 7 de junho de 2025.

VICENZO, Giacomo. Chile: Natureza ganhar 'status humano' em Constituição ajuda preservação?. Uol, 2022 Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/08/04/natureza-ter-ganhado-status-humano-em-direitos-ajuda-em-sua-preservacao.htm>. Acesso em 7 de junho de 2025.

VIGOTSKI, L.S. A Construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Violência é a maior preocupação dos brasileiros, aponta pesquisa Genial/Quaest. Uol, 2025 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/04/02/violencia-e-a-maior-preocupacao-dos-brasileiros-aponta-pesquisa-genial-quaest.htm>. Acesso em 7 de junho de 2025.

VIVAS, Fernanda. De 513 deputados eleitos na Câmara, só 27 dependeram dos próprios votos para se eleger. TV GLOBO, Brasília, 2018 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/de-513-deputados-eleitos-na-camara-so-27-dependeram-dos-proprios-votos-para-se-eleger.ghtml>. Acesso em 14 de junho de 2025.